

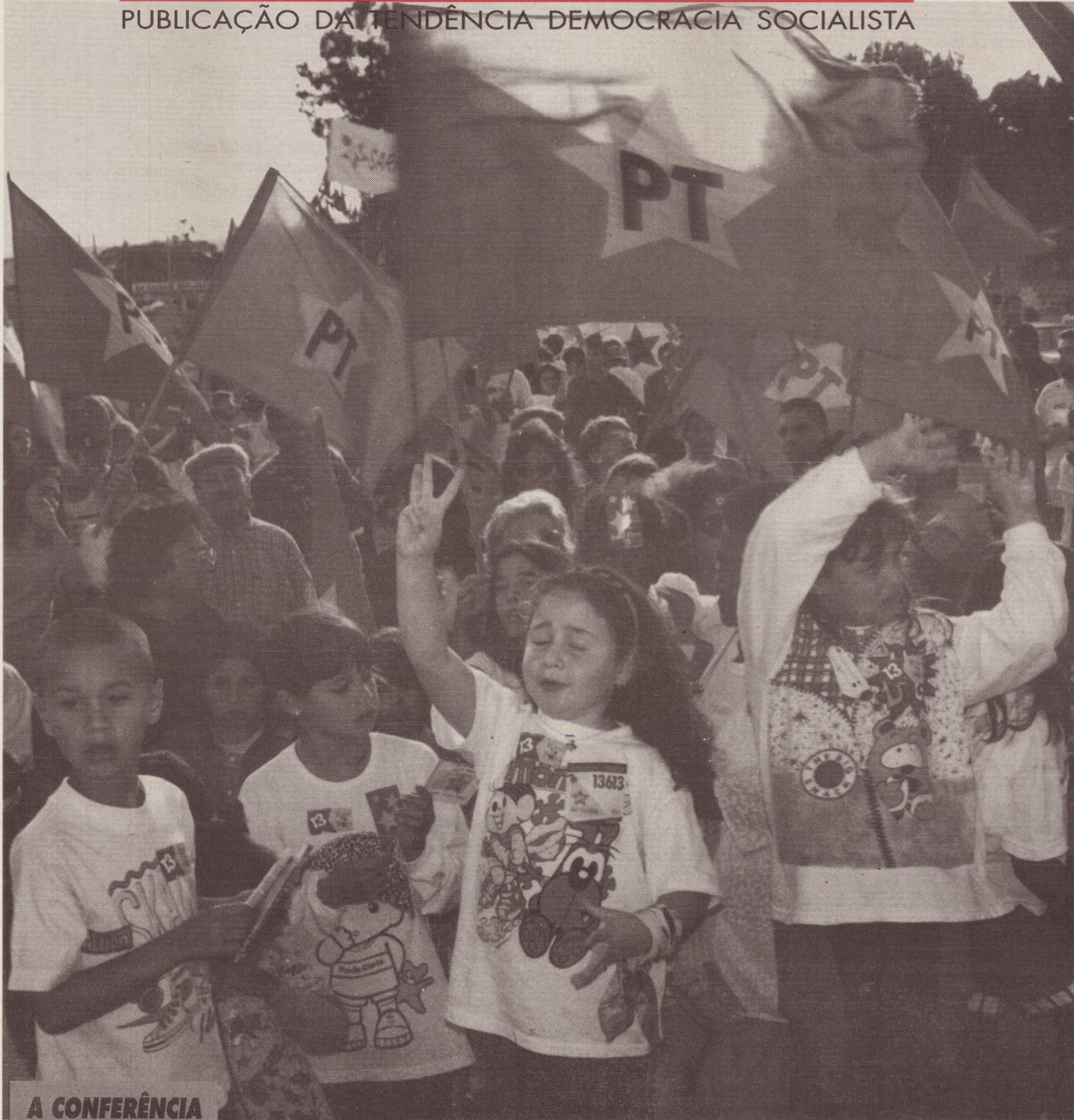
PUBLICAÇÃO
DE CARÁTER
INTERNO AO PT,
DISTRIBUÍDA ÚNICA
E EXCLUSIVAMENTE
AOS SEUS FILIADOS

EM TEMPO!

Nº 290
OUTUBRO
NOVEMBRO/96
R\$ 2,00

PUBLICAÇÃO DA TENDÊNCIA DEMOCRACIA SOCIALISTA

IBANES LEMOS



**A CONFERÊNCIA
ZAPATISTA**
JOÃO MACHADO
PÁGS. 10 E 11

**FHC E
A DEGRADAÇÃO
DO TRABALHO**
GUSTAVO CODAS
PÁGS. 12 A 14

PT, MOSTRA TUA CARA!

VITÓRIAS EXPRESSIVAS NESTAS ELEIÇÕES REVELAM O ESPAÇO DE CRESCIMENTO DO PARTIDO. MAS DERROTAS IMPORTANTES MOSTRAM QUE O PT NÃO PODE ESCONDER SUA CARA. A COBERTURA COMPLETA DO PT NAS ELEIÇÕES NAS PÁGS. 3 A 9 E 15 A 20.

PARTIDO DOS TRABALHADORES

E agora PT? PÁGS. 3 E 4

Uma entrevista com o prefeito eleito de Porto Alegre, sobre as perspectivas do PT no estado e sobre o quadro nacional do partido, por *José Corrêa Leite*.

Eleições 96: potencial de oposição PÁGS. 5 E 6

Joaquim Soriano analisa a intervenção do PT nas eleições municipais de 3 de outubro.

Belém amanheceu vermelha PÁG. 7

Chico Cavalcanti nos fala da campanha do PT na capital paraense, que levou Edmilson Rodrigues ao segundo turno.

A esquerda cresceu em Fortaleza PÁG. 7

As conquistas da campanha da Frente de Esquerda na capital cearense são analisadas por *Elmano Costa* e *Luiziane Lins*.

Pepe é o mais votado em Caxias PÁG. 8

A campanha na capital da Serra Gaúcha e as perspectivas para o segundo turno por *Eliane Silveira*.

Gravataí vai ser mais feliz! PÁG. 8

Eliane Silveira relata também a vitória de Daniel Bordignon na disputa da prefeitura de Gravataí.

Heloisa para fazer Maceió brilhar! PÁG. 9

Joaquim Soriano nos conta como foi o primeiro turno da campanha na capital alagoana e os movimentos para o segundo turno.

Recife: uma tática acertada PÁG. 15

AndreA Butto apresenta uma avaliação da tática e do desempenho do partido na eleição para a capital pernambucana.

O PT carioca se fortalece PÁG. 15

A atuação do partido na capital do Rio de Janeiro é analisada por *Alberto Bastos*.

São Paulo: retrocesso do PT PÁGS. 16 E 17

O quadro do resultado do PT no estado e dos problemas enfrentados em Diadema, Santos e São José dos Campos, por *Fábio Pereira*.

Recuo do PT em Belo Horizonte PÁG. 17

Juarez Guimarães fala da derrota na capital mineira e do bom desempenho do partido no interior.

Eleição em São Paulo, Capital PÁG. 18 E 19

Carlos Henrique aponta elementos de um balanço inicial. Reproduzimos também extratos de um documento debatendo a tática para o segundo turno na capital paulista.

Curitiba: um PT sem estrela PÁG. 19

Marcelo Willer nos fala da campanha na capital do Paraná e registra os pontos fundamentais da derrota em Londrina.

O PT de cara própria PÁG. 20

Nelson Pelegrino e *Walter Pinheiro* nos contam um pouco da campanha em Salvador e do excelente desempenho do partido na disputa.

SOCIALISMO

Contra o neoliberalismo e pela humanidade! PÁGS. 10 E 11

Um relato inédito e uma avaliação da reunião internacional promovida pelos zapatistas na Selva Lacandona, em Chiapas no México, por *João Machado*.

NACIONAL

Mais-valia e modernidade em FHC PÁGS. 12 a 14

Gustavo Codas analisa o discurso governamental sobre a modernização brasileira, mostrando como ele procura ocultar a degadação do trabalho.

TEXTO DE APOIO

Com esta edição, estamos enviando aos assinantes de apoio o texto **As três dimensões do neo-imperialismo**, de Michel Husson

LEIA E ASSINE EM TEMPO:

QUEM OPTAR PELA ASSINATURA DE APOIO RECEBERÁ, JUNTO COM CADA EDIÇÃO DO JORNAL, UM TEXTO DE DEBATE

Quero assinar o **Em Tempo** por um ano e receber em meu endereço 10 exemplares. Minha opção de pagamento é:

Apoio - R\$ 40,00 Normal - R\$ 20,00

Nome: _____

Endereço: _____

_____ Bairro: _____

Cidade: _____ UF: _____

CEP: _____ Tel: _____

Recorte ou copie e envie junto com um cheque nominal a Carlos Henrique Goulart Árabe
Rua Brigadeiro Galvão, 138 - Barra Funda - São Paulo - SP CEP: 01151-000 Tel: (011) 66 55 50

EM TEMPO:

Publicação da Tendência Democracia Socialista do PT

CONSELHO EDITORIAL:

Américo Bernardes, Carlos Henrique Árabe, Elisabete Búrigo, Helena Bonumá, Hugo Manso, João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Maria Auxiliadora Gomes, Marilaine Teixeira, Nalu Faria, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Ronaldo Barbosa, Tatau Godinho, Tomás Mata Machado.

JORNALISTA RESPONSÁVEL:

Célia Regina de Souza Reg MTb 18.663 DRI/SP

EQUIPE DE EDIÇÃO:

Carlos Henrique Árabe, Tatau Godinho, José Corre Leite (edição), Caco Bisol (capa), Nelson Joia (diagramação) e Rita Araújo.
Editoração: Página Sete Artes Gráficas

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda.
Rua Brigadeiro Galvão, 138 - Barra Funda - São Paulo-SP
CEP 01151-000 / Fone (011) 66.5550
Porto Alegre - Fone (051) 225.3428

E agora PT?

ENTREVISTA COM RAUL PONT

A Frente Popular ganhou mais uma vez em Porto Alegre. Como podemos avançar na experiência do governo na cidade?

Temos dois compromissos básicos com a população. O primeiro é ampliar a participação popular, fortalecer o orçamento participativo e consolidar os fóruns de democratização do município. Para isso é fundamental o respeito às decisões que eles tomam. Vamos assumir em 1º de janeiro com o orçamento já construído ao longo desse ano pela comunidade e ele será rigorosamente respeitado. O segundo é fazer na administração aquilo que fizemos na campanha - que Porto Alegre seja, na prática, um contraponto político ao predomínio neoliberal no país. É perfeitamente possível governar uma grande cidade com equilíbrio fiscal, sem dívidas e demissões e com o estado cumprindo um papel ativo. Isso significa tomar iniciativas que vão do combate ao desemprego até a defesa de estatais, como a CRT, que o governo Britto quer privatizar.

Pode-se dizer que o acúmulo em Porto Alegre foi também um fator fundamental para o crescimento do PT no interior do estado?

A referência de Porto Alegre no estado é crescente. Nosso resultado no Rio Grande do Sul foi muito bom. Elegemos prefeitos em 25 municípios e temos mais 18 cidades onde o PT teve o vice em chapas fundamentalmente com o PDT e o PSB. São sempre coligações em que a postura de oposição a Fernando Henrique e Britto é um ponto destacado. Além disso, estamos na disputa do segundo turno em Caxias do Sul e Pelotas, segundo e terceiro colégios eleitorais do Estado. Consolidamos o PT e a Frente Popular como o grande pólo anti-Britto e anti-FHC para 1998.

Esse processo de bipolarização da política aqui vai passar também por nossa relação com o deslocamento que ocorre no PDT e no próprio PSB - que acabou não coligando conosco em Porto Alegre, mas que deve ser buscado como um parceiro para a construção de um campo político alternativo para o Rio Grande do Sul. Devemos procurar também o PDT para essa composição em direção a 1998.

Analisando o quadro nacional do PT percebemos situações bastante contraditórias. Como você vê a situação geral do partido à luz do processo eleitoral?

Nosso resultado, aqui em Porto Alegre, é fruto de um processo de amadurecimento, de unidade interna, de relação harmônica entre administração e governo e governo e partido que deve ser olhado com mais cuidado e carinho por todo o PT nacional. Sempre tivemos, como garantia disso, como elemento que gerou essa coesão, uma experiência partidária baseada no mais profundo respeito pelo princípio da proporcionalidade, o respeito à diferença, o respeito e a tolerância entre os companheiros do PT, que souberam construir uma direção legitimada. A condução do processo político em Porto Alegre foi totalmente dirigida pela direção municipal do partido.

Mas não teríamos tido a mesma facilidade se não tivéssemos um partido com uma direção reconhecida e coesa, identificada com um programa comum. Creio

que nas cidades em que tivemos problemas, eles foram decorrentes exatamente dessas questões: ausência de maturidade da direção partidária, falta de coesão político-programática, personalismos e enfrentamentos que não poderiam ocorrer entre governantes, candidaturas e direções de campanha.

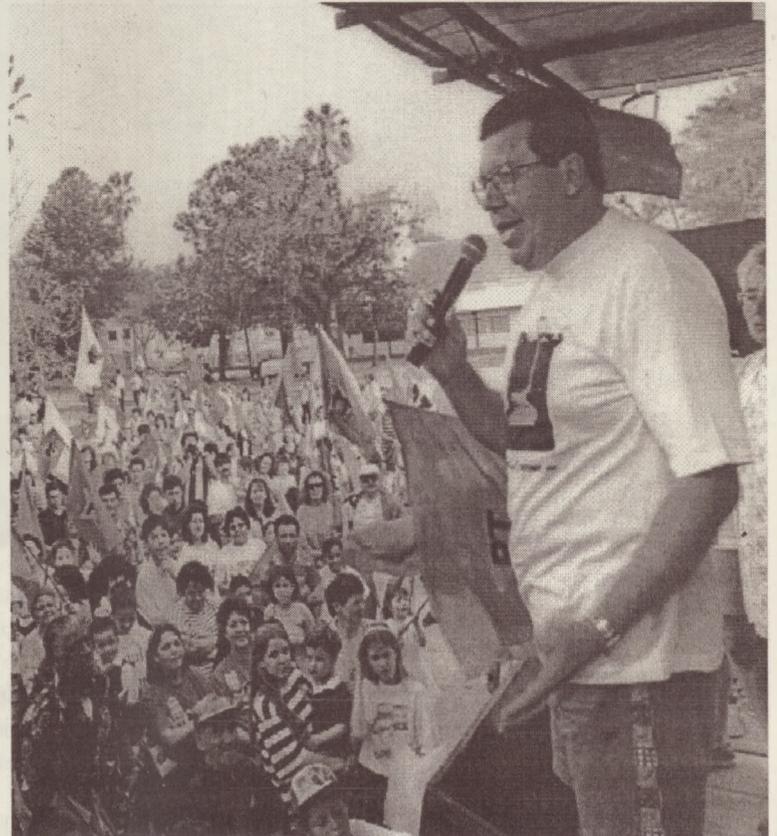
Em alguns casos, como no Espírito Santo, o enfrentamento que está se dando entre o partido e a administração se fundamenta numa diferença política mais profunda.

O grande problema que vivemos hoje no PT é que não estamos conseguindo acompanhar o crescimento do partido - o crescimento eleitoral, o crescimento de presença na institucionalidade do país - com o necessário avanço na coesão programática, com a manutenção da ética interna, com a identidade ideológica, indispensáveis para garantir que um partido político como o nosso possa se desenvolver sem profundas divisões a médio e longo prazo. Este talvez seja o maior desafio do PT.

O exemplo do Espírito Santo revela a gravidade da situação. Nós pagamos um preço por isso em Porto Alegre: o maior conflito que vivemos na campanha aqui foi ter que explicar à população a identificação da prática levada por Britto - que combatemos, condenamos e fazemos diferente - com aquilo que se pratica hoje no Espírito Santo. A manutenção desta situação coloca problemas intransponíveis para a construção do PT como alternativa estratégica para a sociedade brasileira. Temos que estabelecer parâmetros, identificações, coesão programática que não permita entre nós políticas que vão contra aquilo por que lutamos nestes anos, minam nossa credibilidade e podem nos nivelar, aos olhos da população, ao mesmo plano das outras legendas.

Na discussão interna, há concepções que não conseguem pensar outra forma de fortalecer a presença do partido senão ampliando as alianças, ao ponto de descaracterizar o nosso projeto. Como você vê a questão das alianças?

Esta posição é, em primeiro lugar, uma falácia; segundo, expressa uma submissão, uma derrota político-ideológica dos setores que defendem isso no PT. Vamos ver concretamente o caso de São Paulo, um dos problemas que vivemos nesse momento. Mesmo que o PT conseguisse transferir todos os votos do PSDB e do PMDB, que são os responsáveis pelo projeto neoliberal, não teria segurança de viabilizar a vitória no segundo turno. O problema, portanto, não está aí. A vitória para nós



Consolidamos o PT e a Frente Popular como o grande pólo alternativo a Britto e FHC para 1998.

Vamos assumir o governo de Porto Alegre com o orçamento para 1997 já construído ao longo desse ano pela comunidade. Ele será rigorosamente respeitado.



tem que ser obtida de outra forma ou deixa de ser vitória, passa a ser abandono do nosso projeto.

O desafio é exatamente ganhar as pessoas que hoje estão iludidas com Pitta e com o projeto malufista. Entre os eleitores malufistas estão milhões de trabalhadores explorados, de desempregados e marginalizados. Se nós não fizermos esse enfrentamento e acharmos que a solução

é a ampliação do leque de alianças ao ponto de incorporar nossos adversários, vamos descaracterizar o partido, descaracterizar o nosso projeto político-programático e não conquistaremos vitórias sólidas. Estaremos apenas abdicando de fazer aquilo que pode nos dar uma posição realmente segura, que é a conquista do movimento popular e sindical.

A potencialidade para o PT chegar ao segundo turno em quase todas as capitais nesta eleição estava dada, desde que o partido estivesse sintonizado com as lutas populares, com a luta contra o desemprego, para diminuir a desigualdade social, por salário, por moradia, por uma habitação decente, por saúde universal pública como um direito da cidadania. É por isso que a população votou em nós em Porto Alegre.

O PT em São Paulo jamais poderia crescer se ele se identificasse como o partido da moderação, o partido do sim, o partido da ordem, o partido que não conflita com o Maluf. Se há um reconhecimento do Maluf hoje em São Paulo, é exatamente porque abdicamos de disputar na base social da cidade.

É isso que nos deu a vitória em Porto Alegre. Nós somos um partido das classes populares da cidade. E por sermos isso é que temos condições de disputar outros segmentos, mas sem perder o rumo. Nossa base são as classes populares, é o movimento comunitário organizado, são os sindicatos e os trabalhadores assalariados.

Mas como enfrentar este quadro partidário?

Tivemos um crescimento em escala nacional nessas eleições, ainda que um crescimento desigual, com altos e baixos. Assim como em vários estados do país temos grandes vitórias a festejar, também temos motivos mais do que de sobra para nos preocuparmos com a situação de São Paulo. Aí, é evidente a perda de terreno do partido, até em termos de resultados eleitorais, seja no número de prefeituras eleitas, seja em parlamentares eleitos. Isso acende o sinal de alerta para que o partido procure fazer uma profunda reflexão autocrítica, para saber onde estamos errando. O que faz com que este estado não apresente um crescimento semelhante a outros lugares no país?

Trata-se, no meu entender, muito mais de um problema do nosso partido do que da força dos adversários; é muito mais fruto dos nossos erros do que da competência dos partidos das classes dominantes. Em São Paulo temos, por exemplo, as ilustrações mais gritantes do sectarismo político, como o caso de Diadema. O

partido não pode mais coexistir com a intolerância, com o sectarismo, com a falta de quadros políticos que compreendam como se constrói a unidade, como se respeita a democracia interna, como as várias correntes e tendências devem coexistir. A tolerância é o elemento primário, fundamental mesmo, na ação política. Se as pessoas não têm tolerância dentro do seu próprio partido, como é que vão ter tolerância e democracia com a cidade, com a população?

Temos que ter uma direção política, em estados que enfrentam esta situação e no próprio país, que conduza esse processo, que faça valer uma unidade programática sob pena de que a médio prazo, se isso não for alterado, vivermos um processo de desagregação.

Isso pressupõe que o partido seja capaz de catalizar as demandas, interesses e lutas populares, que ele seja capaz de mobilizar militância, garantir uma sustentação financeira autônoma, o que não é a realidade em alguns lugares.

Se queremos que o PT continue sendo a referência de suas origens, de seu projeto alternativo ao capitalismo, ele tem que se constituir enquanto tal, não só como uma referência política de massas mas através de uma política de construção partidária coerente com isso. Se o partido não consolidar sua estrutura orgânica e material, se não tiver uma preocupação com a formação de quadros, se ele for um partido frouxo, onde a autonomia dos centros de poder, dos prefeitos e dos deputados tende a ser crescente, teremos cada vez mais uma colcha de retalhos dependente dos eleitos.

Só para tomarmos um exemplo, após participarmos de quase dez eleições, estamos abdicando de criticar o parlamento nos moldes representativos que ele está constituído no Brasil. Isso deixou de ser uma preocupação, um elemento de conflito em nossa atuação parlamentar, o que mostra o avanço dos compromissos com as regras estabelecidas e o abandono de concepções para nós estratégicas.

Se queremos construir outra sociedade e outro Estado, temos, mesmo dentro da institucionalidade parlamentar da atualidade, que fazer a propaganda, a luta e começar a colocar em prática elementos constitutivos desse projeto. Isso vai do controle dos salários dos deputados, o controle do seu mandato como mandato partidário, até o estabelecimento de formas de representação mais direta onde o eleitor e o partido tenham controle sobre o eleito. Os eleitos no Brasil são os verdadeiros proprietários, são senhores feudais de seus mandatos, não prestam conta a ninguém. Isto não tem nada a ver com a forma parlamentar superior que queremos construir. Se não fizermos esse enfrentamento agora, educando as pessoas para uma outra relação, não vamos fazer isso depois.

Desenvolvemos as formas de democracia participativa que chamamos, em Porto Alegre, de orçamento participativo exatamente nessa direção. O cidadão que participa do orçamento, se apropria dos dados, começa a desmistificar o estado e se apropriar da política, começa a ter uma visão crítica em relação a democracia parlamentar, a democracia representativa. Ele começa a ver que essa democracia - evidentemente melhor e superior a uma ditadura - não é exatamente a democracia que queremos, uma democracia que torne o cidadão, o trabalhador, mais próximo de ser também o legislador. Esta é a essência de uma futura sociedade socialista. O cidadão deve ter o controle do processo legislativo e do orçamento público da forma mais direta possível. Este é o principal termômetro para medirmos a democracia de uma sociedade.

Raul Pont é o prefeito eleito de Porto Alegre.

Se as pessoas não têm tolerância dentro do seu próprio partido, como é que vão ter tolerância e democracia com a cidade, com a população?

O cidadão deve ter o controle do processo legislativo e do orçamento público da forma mais direta possível. Este é o principal termômetro para medirmos a democracia de uma sociedade.

Eleições 96: potencial de oposição

JOAQUIM SORIANO

Se as eleições expressam de alguma forma a correlação de forças, uma avaliação do primeiro turno das eleições municipais de 3 de outubro indica que há um grande potencial de oposição ao neoliberalismo no Brasil. Não houve um plebiscito porque o governo FHC não quis e o PT e seus aliados avaliaram que não tinham força para tal. Pode-se dizer que o PT superestimou a força eleitoral do inimigo, o PSDB e o governo FHC. Neste segundo turno o central da política é dar continuidade a este eixo opoissor ao neoliberalismo. Afirmar um campo democrático e popular, disputar com garra o voto e a adesão de milhões a uma alternativa à exclusão social, ao desemprego, ao sucateamento do patrimônio público e do parque industrial. Afirmar um projeto democrático e popular, sustentado pela crescente politização e participação da sociedade que se auto-organiza.

O PT nas eleições

O PT foi o partido mais votado nas capitais, com 3,8 milhões de votos. O segundo foi o PPB com 3,2 milhões. É bom lembrar que São Paulo tem 6,7 milhões de eleitores e o Rio de Janeiro 4,2 milhões. Belo Horizonte, o terceiro colégio eleitoral do país, tem 1,45 milhão e Porto Alegre tem 915 mil. Ou seja, este tipo de indicador depende muito do resultado nas duas maiores capitais.

Nas 100 maiores cidades do Brasil, o PT continua ganhando. É o mais votado com 5,64 milhões. Mas agora o segundo é o PSDB com 5,3 milhões.

No segundo turno haverá eleição em 31 cidades. O PT disputará em 13, sendo 7 capitais e mais 4 cidades na cabeça e 2 de vice (São Luís no Maranhão e Uberlândia em Minas).

O PT fez 112 prefeitos e 141 vices com prefeitos de outros partidos. Com relação a estes vices é necessário uma análise mais detida. Por este Brasil afora muitas coligações com a direita foram realizadas. Na maioria derrotadas, mas algumas "colisões" partidárias foram vitoriosas em estados como Goiás, São Paulo (quase sempre com o PSDB), Espírito Santo (com o PMDB) ou Bahia. No Amazonas, por exemplo, o PT é vice do PFL em Maués e em Jutai e Urucurituba é vice do PMDB.

Nas capitais e nos principais centros urbanos prevaleceu a política de alianças do campo democrático e popular. A votação do PT, que tem sido boa nas capitais, desta vez tem a vantagem de ter se espalhado mais, tendo uma presença maior no Norte e no Nordeste.

O resultado mostra uma enorme variedade de campanhas. Nos grandes centros assistiu-se a um desfile de campanhas localistas e despolitizadas. Para além de um balanço mais preciso sobre a melhor mediação entre uma crítica contundente ao governo FHC e a defesa de um programa para a cidade, o fato é que a direção nacional do partido não conseguiu dirigir este processo de conjunto. O que se espera da direção é - para além da presença de Lula, que dá uma marca nacional - a capacidade de implantar uma política definida nos Encontros. A direção sucumbiu frente às inúmeras pressões eleitoralistas, especialmente sobre alianças com partidos da direita. Não conseguiu também enfrentar erros de campanha que pretendiam esconder nossa estrela e

nossas bandeiras nem lograr sucesso na unificação do partido naquelas cidades onde a luta entre petistas superou todos os limites e as derrotas dão o tom do balanço.

Máquina para votar

Em 1996 a novidade da eleição eletrônica nas capitais e nas cidades que podem ter segundo turno (mais de 200 mil eleitores) causou mais inquietação às campanhas. O resultado indica que o processo de coleta de votos funcionou bem e que a fase de totalização, basicamente de responsabilidade dos TREs, ainda tem muito o que melhorar. Mas nossa vigilância militante ainda deixou a desejar frente ao processo eleitoral e em particular aos procedimentos informatizados, pois os partidos políticos e a sociedade não têm pleno acesso aos programas e métodos que organizam a votação e a apuração dos votos.

De qualquer forma, o voto eletrônico foi bem assimilado pela população, permitindo que o número de votos nulos e brancos diminuíssem, inclusive na eleição proporcional.

Sobre a justiça eleitoral é necessário uma ação ampla do PT e de todos os setores democráticos para bloquear os seus desmandos contra a democracia. Basta lembrar as arbitrariedades dos pareceres e julgamentos que garantem direitos de resposta na TV, que impedem candidaturas de falar de determinados temas, que não tem olhos para o abuso do poder econômico. Tribunais e juízes têm exercido sua função pública defendendo partidos ou candidatos. A necessária reforma do judiciário e da lei eleitoral é salientada por palavras como as do presidente do TRE da Bahia, que - a propósito da disputa em Salvador - disse para a imprensa "que a oposição estava dificultando o processo". Lá ACM, governo e TRE formam uma grande coalizão contra o PT.

Eleição, política e partidos

A mídia tem explorado a tese despolitizadora de que o eleitorado votou pensando só no município e no continuísmo das administrações que tem bons índices

Uma avaliação do primeiro turno das eleições de 3 de outubro indica que há um grande potencial de oposição ao neoliberalismo no Brasil.





de aprovação. A insistência na defesa desta tese se coaduna com o esforço dos neoliberais de todos os naipes em “desideologizar” a política. Tentam apresentar a disputa política como a escolha de síndico para condomínio, como disse o diretor do IBOPE. Esse discurso também serve para justificar o fiasco eleitoral do tucano José Serra em São Paulo, apoiado por *todos* os meios de comunicação da cidade.

Em 14 anos o povo foi chamado a votar 10 vezes: 82, 85 (capitais e áreas de segurança), 86, 88, 89, 90, 92, 93 (plebiscito), 94 e 96. Nestes anos desenvolveram-se estudos e técnicas de pesquisa e publicidade sobre eleições - o que, sem dúvida, pode *ajudar* na disputa. Mas pode atrapalhar muito! A substituição da política pelo *marketing* é uma mentira enterrada com Collor. No entanto, alguns deuses da publicidade tentam reviver estas práticas e o que é pior, com apoio entusiasta de candidaturas petistas. O episódio desastroso do “PT que diz sim”, patrocinado por Luíza Erundina em São Paulo (ver ET 289), deve ser uma lição para todo o partido.

Mas nestes anos também se formaram e se consolidaram partidos políticos. Collor foi eleito e deposto. FHC estabilizou a moeda e foi eleito. O PSDB é o partido do governo. O PFL está sempre no governo. Maluf é o Maluf. O PT é o PT e quanto mais identificado como de oposição, a favor dos de baixo e contra os de cima, melhor.

De outra forma, temos situações como a do PDT, que é diferente em cada lugar e em cada eleição. É direita no Norte (Belém e Porto Velho) e em São Paulo (Rossi). É o brizolismo no Rio, mas no Rio o candidato era o Miro Teixeira que em 1982 foi derrotado por Brizola. Ou do PMDB, onde o senador José Sarney fala que perdeu as eleições porque ninguém sabe se é de oposição ou de situação. O senador Pedro Simon (PMDB-RS) diz que para ajudar na definição o senador Sarney podia anunciar se é a favor ou contra a reeleição, por exemplo. Nada claro.

Onde houve polarização, as pessoas votaram em projetos políticos, da forma como a experiência acumulada e o processo da disputa informaram estes projetos. O eleitor diante do conflito em escolher entre projetos diferentes, que assim foram explicitados, identificados pela disputa, optou sabendo em que votava. Se votava no partido do presidente ou não, no PT que é oposição, no prefeito que vai dar continuidade ao projeto implementado.

Que PT é esse?

Onde tivemos uma política unificada, onde o projeto partidário foi democraticamente discutido e implementado, o resultado foi positivo. Um fato salta aos olhos. Quando o tom é a disputa interna, despolitizada, onde projetos mesquinhos suplantaram os maiores interesses coletivos, o resultado é a derrota eleitoral e política. Aqui o registro não é somente para Diadema e Londrina. Vale para São José dos Campos (SP) e é necessário um esforço dobrado para reverter a situação de Santos (SP). Em São Paulo o PT está no segundo turno em Ribeirão Preto, em Santos e em São Paulo. Recuperou Santo André e Jaboicabal, que administrou de 1989 a 1992. Mas perdeu *todas* as outras cidades que governava.

Podemos dizer que o PT já acumulou nestas eleições, não só em número de votos, mas principalmente porque a votação se espalhou pelo país. Mas não é demais enfatizar que muito do balanço final depende do resultado deste segundo turno.

Mas o PT apresentou, de forma mais generalizada que de outras vezes, problemas assustadores. Eleitoralismo, projetos pessoais se sobrepondo aos coletivos, fim das campanhas militantes - agora tudo é pago, inclusive boca de urna! -, divisão do partido, poder imperial de certos prefeitos e candidatos sobre o partido. No entanto, para o debate que se seguirá, um grande argumento se impõe. O PT cresce, disputa e vence onde é mais PT. Onde melhor representa a esperança das maiorias exploradas e oprimidas. Onde claramente se diferencia dos partidos burgueses, no programa e nos métodos de ação. E em nenhum outro lugar isso fica mais claro do que no Rio Grande do Sul.

A vitória gaúcha

Com base nos resultados do primeiro turno pode-se dizer que quem pode comemorar com gosto é o povo do Rio Grande do Sul. Aí o PT fez no primeiro turno Raul Pont prefeito de Porto Alegre. Ganhou em outros 24 municípios e está no segundo em Caxias e em Pelotas. Fez 18 vices. Este resultado significa um real acúmulo do partido tanto na sociedade como no campo institucional. Em 1994 Olívio Dutra perdeu por pouco no segundo turno e Lula fez mais votos que FHC; a vitória do adversário, Brito, do PMDB mais tucano que existe, se deu nos pequenos colégios eleitorais, que somados suplantaram a diferença pró-Olívio nas maiores cidades. Mesmo assim, merece melhor análise o fato do PT ter perdido em seis dos oito municípios que administrava (Aratiba, Boa Vista do Buricá, David Canabarro, Ronda Alta - na segunda gestão -, Santo Expedito do Sul, São Paulo das Missões), mantendo, além da capital, Novo Barreiro.

No sul, o PT buscou vincular a disputa municipal com os grandes temas nacionais, mostrando que nossas alternativas são concretas e se contrapõem às políticas neoliberais. Em Caxias, a candidatura de Pepe Vargas do PT enfrenta o ex-líder do governo na Câmara dos Deputados. Mesmo onde não ganhou, como em Canoas ou São Leopoldo, os resultados foram os melhores da história do partido. Vale lembrar que em São Leopoldo o PT não assinou a ata eleitoral e que junto com outros partidos busca invalidar a eleição, uma vez que o prefeito do PMDB utilizou inúmeros meios para fraudar a vontade do eleitorado.

Destaca-se no Rio Grande a inserção social do PT e a convicção, fundada na história do partido no estado, de que a principal estrela do PT é o próprio partido. Em Porto Alegre as bandeiras de pano, daquelas que se guardam e que carregam muitas histórias de lutas, são empunhadas com muito orgulho. A estrela não é substituída por nomes, rostos ou outros símbolos. É simplesmente PT. □

Belém amanheceu vermelha

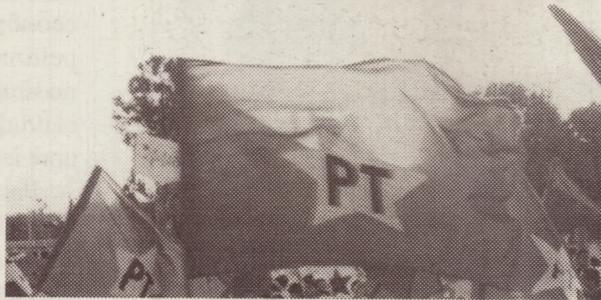
CHICO CAVALCANTI

Dia 3 de outubro Belém amanheceu vermelha. Nas ruas, nos carros, nas roupas, nos rostos a estrela vermelha anunciava o que as urnas viriam a confirmar: mais de 46%, cerca de 270 mil votos, foram para Edmilson Rodrigues, o candidato da Frente Belém Popular que reúne PT, PCdoB, PSTU, PPS e PCB com o apoio do PSB. A maior aliança de esquerda da história do Pará colheu o melhor resultado da esquerda brasileira depois de Porto Alegre.

O adversário mais próximo de Edmilson, Ramiro Bentes, da coligação PDT/PFL, ficou com 19%. Apoiado pelo atual prefeito, Hélio Gueiros (PFL), alavancado por uma campanha milionária, Ramiro disputou com Elcione Barbalho (PMDB) a dianteira nas pesquisas por mais de um mês, até que o crescimento de Edmilson, que começou com 5%, tornou-se irreversível.

O slogan "Fé no que virá" virou saudação popular enquanto as bandeiras vermelhas começavam a aparecer nas janelas das casas e apartamentos, nos carros e bicicletas, nas palafitas e nos barcos do Ver-o-Peso. Até mesmo cabos eleitorais pagos pelos outros candidatos exibiam orgulhosamente o adesivo com a logomarca de Edmilson colado no peito.

A imprensa local e nacional e muita gente



na própria Direção Nacional do PT ficou atônita. Como explicar o "fenômeno"?

Com pouco mais de três minutos de tevê contra doze de Ramiro, a campanha de Edmilson ganhou corações e mentes com arrojo, garra e criatividade. "Estava claro desde o início - afirma Edmilson - que nossa campanha tinha potencial de crescimento acima do que indicavam os números do Ibope, manipulados para favorecer os candidatos das elites. Lula havia ganho em Belém em 1994. A capital tem por tradição votar na oposição. Então, fomos para a rua, para o corpo a corpo com a população. Debatemos propostas, visitamos casas, distribuimos panfletos em ônibus e feiras, caminhamos pela periferia, realizamos showmícios em todos os bairros. Fizemos, sem dúvida, a melhor campanha, o melhor programa de tevê e a melhor série de comerciais que foi ao ar nestas eleições. Nós atropelamos o

Ibope e toda imprensa local porque fizemos uma campanha que transmitiu esperança".

Edmilson Rodrigues, arquiteto e professor, sindicalista, ex-deputado estadual por duas legislaturas concorreu ao Senado em 1994, obtendo cerca de 280 mil votos em todo o estado. Recentemente lançou o livro "Aventura urbana - urbanização, trabalho e meio-ambiente em Belém", resultado de sua tese de mestrado no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA.

A avalanche de votos em Edmilson foi um sonoro não ao continuismo e à corrupção, marcas tão bem associadas tanto a Jader Barbalho, patrocinador da campanha de Elcione, sua ex-mulher, quanto a Hélio Gueiros, padrinho de Bentes. Mas também foi consequência do longo e decidido trabalho dos partidos que compõem a Frente junto ao movimento social, da história de vida e de lutas de Edmilson e de sua vice, Ana Júlia Carepa, e da ação militante de centenas de companheiros anônimos. As bandeiras que tomaram a Praça da República, no centro de Belém, em 3 de outubro, não cessaram de tremular desde então.

E têm motivos. Na pesquisa do Ibope de 16 de outubro Edmilson já aparece com 63% contra apenas 29% de Ramiro. □

Chico Cavalcanti é coordenador de marketing da campanha petista de Belém

A esquerda cresce em Fortaleza

ELMANO COSTA E LUIZIANE LINS

As eleições no Ceará - em particular o excelente desempenho da Frente de Esquerda em Fortaleza - demonstraram a fragilidade da estratégia do setor majoritário do PT no Estado, a Democracia Radical e parte da Articulação. Eles creditavam exclusivamente à uma política ampla de alianças e, ao rebaixamento de nossas bandeiras políticas, a possibilidade de elevarmos nossa bancada de vereadores e o número de Prefeituras petistas.

Os dados demonstram que ocorreu realmente um crescimento do número de vereadores do PT - de 36 atualmente para 58 recém-eleitos. Mas as vitórias conquistadas não se deveram necessariamente à realização ou não de uma política ampla de alianças, mas sobretudo à organização do PT e a força de candidaturas alicerçadas em movimentos sociais, credenciadas por sua trajetórias de lutas.

Em relação às prefeituras, amargamos uma grande derrota - não só não conseguimos am-

pliar o número de prefeituras do PT, mas ao contrário, fomos derrotados em Quixadá pelo ex-"aliado" PSDB, numa campanha onde a referência do PT foi secundarizada, restando-nos apenas a prefeitura de Icapuí, reeleita com uma apertada margem de votos, mas pela primeira vez com a maioria da Câmara Municipal.

Em Fortaleza, a tese da unidade da Frente de Esquerda, defendida como alternativa à aliança com o PDT e à candidatura solitária do PT, mostrou-se correta. O candidato da Frente - Inácio Arruda (dep. federal do PC do B) conquistou o segundo lugar, deixando para trás a poderosa máquina do governo estadual e do PSDB, dando mostras claras de que em Fortaleza tem um grande espaço ainda a ser conquistado como alternativa potencial ao "fazismo" do PMDB, que já no terceiro mandato consecutivo, e ao "mudancismo" de Tasso Jereissati, que, a exemplo dos coronéis, conquista um grande número de prefeituras no interior, mas é derrotado pelo eleitorado da Capital (cerca de 25% do total). Há sinais claros de que uma faixa da população fortalezense vota movida pelo sentimento anti-Tasso.

Outro ponto a ser ressaltado em relação à Fortaleza é a eleição de novos vereadores do PT - dos três atuais, apenas um conseguiu a reeleição. Entre os dois novos mandatos a eleição, pela primeira vez, de uma mulher vereadora do PT na capital - um passo importante para a construção do movimento de mulheres do Ceará e do PT em nosso Estado.

Tanto em Fortaleza quanto no interior, a avaliação do processo eleitoral mostra que a ampliação da política de alianças para partidos de centro e direita não garante o crescimento eleitoral, colocando a discussão da estagnação da militância do partido, a falta de formação de quadros, a necessidade de intensificarmos nossa relação com os setores sociais organizados e nossa pouca inserção nos setores excluídos, como formas de conquistarmos maior espaço na sociedade e também vitórias nas disputas eleitorais. □

Elmano Costa é membro do Diretório Estadual do PT-CE e Luiziane Lins é coordenadora da Comissão de Mulheres do PT-CE e Vereadora recém-eleita em Fortaleza.

Pepe é o mais votado em Caxias



ELEU REIS/GENTILEZA FOTO THOMAS

ELIANE SILVEIRA

As eleições no maior município da serra gaúcha tomaram um caráter plebiscitário, entre os que aprovam as políticas neoliberais dos governos FHC e Britto e os que são contra elas.

O deputado estadual Pepe Vargas foi o mais votado no primeiro turno em Caxias do Sul. Candidato a prefeito pela Frente Popular (PT-PSB-PPS-PCdoB), Pepe fez 84.714 votos, a maior votação para prefeito da história de Caxias, deixando em segundo lugar o ex-líder do governo FHC, Germano Rigotto, com 77.079 votos, com quem disputará o segundo turno.

Apesar de ter quatro candidatos à prefeitura, as eleições no maior município da serra gaúcha tomaram um caráter plebiscitário, entre os que aprovam as políticas neoliberais dos governos FHC e Britto e os que são contra elas. Desde o início, a campanha ficou polarizada entre Pepe e Rigotto. "Conseguimos contrariar todas as previsões da mídia, que apontava a vitória antecipada de Rigotto", diz Pepe. Somando 48,69% dos votos, faltou apenas 1,3% para que a candidatura de Pepe e Marisa vencesse no primeiro turno. O resultado para a Câmara dos Vereadores ficou, porém, muito aquém deste índice e o PT elegeu apenas duas companheiras vereadoras, Ana Corso e Silvana Pirolli.

Caxias do Sul possui hoje 290 mil habitantes e 207

mil eleitores. É o segundo município do estado em termos de arrecadação, despontando como importante pólo econômico do RS. No entanto, há 30 anos é governado pelo mesmo grupo político. Esse continuísmo resulta no abandono dos bairros e da zona rural de Caxias. A candidatura de Pepe Vargas, desde o primeiro turno, apresenta-se como a única possibilidade de mudança.

Para Pepe e Marisa o desejo de mudança da população caxiense foi decisivo para a vitória no primeiro turno. Eles apontam também, como fatores fundamentais à vitória, a unidade do PT e dos demais partidos que compõem a Frente Popular e o grande desempenho da militância. "Tivemos mais de quatro mil carros em nossa última carreta", conta.

Pepe Vargas foi eleito vereador em Caxias em 1988. Destacou-se por ser o único entre os 21 vereadores que se recusou a receber um aumento ilegal de 99%. Por sua honestidade e transparência foi também o único dos vereadores que não foi condenado a devolver dinheiro aos cofres públicos. Seu mandato dirigido aos movimentos sociais o credenciou como candidato a prefeito pelo PT em 1992, quando obteve a segunda colocação.

Em 1994, a campanha "Honestamente, Pepe Vargas" o elegeu deputado estadual por Caxias, com mais de 26 mil votos. Hoje Pepe encontra-se licenciado da Assembleia para disputar o segundo turno de Caxias, contra o "líder do desemprego", Germano Rigotto, do PMDB.

No segundo turno os caxienses terão que optar entre uma candidatura que representa Britto, FHC e suas políticas neoliberais, e uma candidatura popular e democrática, que representa a Administração Popular de Porto Alegre e o Orçamento Participativo. Terão que optar entre o continuísmo político de quem é apoiado pelo prefeito Vanin e a possibilidade de mudança, de uma Caxias socialmente justa e democrática. "No primeiro turno Caxias já apontou quem é a melhor opção. Agora, é só confirmar!", lembra Pepe. □

Eliane Silveira é jornalista.

Gravataí vai ser mais feliz!

Localizado na região metropolitana de Porto Alegre, o município de Gravataí deu o primeiro passo para se tornar mais feliz: elegeu o PT no dia 3 de outubro para governar a cidade nos próximos quatro anos. O presidente do PT e professor estadual Daniel Bordignon tornou-se o prefeito mais jovem da cidade ao conquistar 35 mil votos. O segundo colocado, José Motta ex-prefeito de Gravataí, do PDT ficou com 33 mil. O PT elegeu cinco vereadores.

Com 500 km² e uma população de 181 mil habitantes, Gravataí é o décimo município em arrecadação no RS. Eminentemente industrial, sofre com o desemprego gerado pela política recessiva de FHC e Britto. Diante deste quadro a disputa na cidade polarizou-se entre os dois partidos que fazem oposição a esta política, o PT e o PDT, apesar de haverem mais cinco candidaturas.

Os sucessivos governos incompetentes em-

pobreceram a cidade e deixaram bairros e vilas em abandono total. Gravataí é o segundo pior município em qualidade de vida da grande Porto Alegre. Diante desta realidade, a maioria dos 109 mil eleitores gravataienses encontrou na candidatura petista a resposta aos seus anseios.

A vitória em Gravataí vem coroar 16 anos de trabalho que Bordignon sempre acompanhou como um dos fundadores do PT na cidade. Ser o prefeito mais votado da história da cidade é uma alegria especial para quem em 1982 obteve 486 votos como candidato a prefeitura.

O crescimento foi gradual, mas sólido, como a construção do PT em Gravataí, que possui uma grande influência no movimento sindical. Em 1988, Bordignon foi o segundo vereador mais votado da cidade, em 1992 recebeu 18 mil votos para prefeito, ficando em segundo lugar. Em 1994, contabilizou 11

mil votos para deputado estadual.

Para Daniel Bordignon, alguns fatores foram importantes para a conquista de 1996. Ele aponta a unidade do partido, garantida pela formação da chapa majoritária, tendo o professor Volmir Breier, o Miki, como vice. A influência no movimento sindical, a linha política bem definida, o acúmulo de experiência das eleições anteriores e a influência de Porto Alegre também contribuíram em muito para a vitória.

Como um petista que acompanha o PT de Gravataí desde a sua fundação, Daniel Bordignon salienta, ainda, uma característica fundamental para o respeito e a credibilidade que o PT conquistou no município: "Sempre tivemos uma linha política muito clara, sem espaços para o fisiologismo e para alianças oportunistas", avalia. "Sempre fomos firmes na defesa das resoluções e princípios do partido", conclui. □

Heloisa para fazer Maceió brilhar!

JOAQUIM SORIANO

A eleição municipal em Maceió, capital de Alagoas, trouxe uma novidade. A disputa no segundo turno se dará entre duas mulheres, representando partidos de esquerda. Uma defendendo a continuidade da atual administração e a outra reivindicando a experiência acumulada pelo PT, indicando que em Maceió é necessário avançar na democratização da administração e estimular a participação popular, onde o projeto do orçamento participativo tem um destaque especial.

Em 1992, depois do "Fora Collor", Maceió elegeu Ronaldo Lessa do PSB e Heloisa Helena do PT para a prefeitura. Naquela ocasião, nenhum representante desta coligação foi eleito para a Câmara de Vereadores. Em 1994, Heloisa foi eleita deputada estadual, o primeiro mandato estadual de esquerda em Alagoas - um mandato claramente identificado com as causas populares e em oposição aos partidos e às oligarquias dominantes no estado.

A Frente se divide

Neste ano de 1996 não foi possível manter a coligação do PT com o PSB. Desde o início do processo eleitoral Heloisa aparecia com altos índices de preferência nas pesquisas de intenção de votos. Para Kátia tornar-se conhecida foi necessário um grande investimento da prefeitura, desde a época do Carnaval, quando ela apareceu em painéis publicitários na campanha da prevenção da AIDS.

As razões do desentendimento são fáceis de serem encontradas. A candidata do PSB, Kátia Born, que ocupava a Secretaria de Saúde na atual administração não esconde que disputa e quer ser prefeita de Maceió para ajudar a fazer com que Ronaldo Lessa seja o governador do estado em 1998. Submete a disputa no município a este projeto pessoal do atual prefeito, sem explicitar com que programa e nem com qual política de alianças.

Sabe-se que em Alagoas a criminalização da política, dos partidos burgueses e de seus representantes é manchete de jornais nacionais. Mas devemos perguntar de outros crimes, institucionais, que também promovem muitas desgraças para o povo, como as recorrentes anistias às dívidas dos usineiros do açúcar ou os salários ultrajantes e mesmo assim não pagos ao funcionalismo público estadual. Afinal, em Natal, no Rio Grande do Norte, o PSB de Lessa rejeitou a aliança com o PT e fechou com o PFL. Como resultado, lá também o segundo turno será entre duas mulheres: Fátima Bezerra do PT e Vilma Maia do PSB coligado com o PFL.

Campanha de garra

A campanha do PT desenvolveu-se de forma extraordinária, especialmente se considerarmos os míseros recursos financeiros disponíveis. Ela se baseou no enraizamento social que o PT tem na cidade, na liderança de Heloisa e no acerto de unificar o partido com Joaquim Brito como vice na chapa majoritária.

A linha política da campanha acertou o tom e agradeu, com firmeza nas convicções e na defesa das propostas, simplicidade no estilo e segurança para manter o debate em bom nível, sem se curvar aos ataques

despolitizados dos adversários.

A administração da prefeitura de Maceió tem altos índices de aprovação popular em contraste com o descalabro da administração estadual. Katia reivindica a continuidade, mas submete tudo para alavancar o projeto pessoal de Lessa. Heloisa vem demonstrando com tranquilidade que o PT tem melhores condições de governar - porque tem mais experiência acumulada, porque é um projeto partidário (coletivo) e porque é intransigente na defesa dos interesses dos trabalhadores, dos oprimidos e dos excluídos.

As presenças de Lula na campanha foram momentos importantes, de reunião e ânimo da militância e de conferir à candidatura de Heloisa a legitimidade e respeitabilidade devida.

O aspecto negativo que chama a atenção é o uso inescrupuloso da máquina da prefeitura a favor da candidata do PSB. Nos últimos quatro meses as contratações para serviços prestados foram abundantes ao mesmo tempo que o pagamento a fornecedores tradicionais não ocorreu de forma regular. São indícios de que as coisas não andam bem de acordo com o figurino.

O PT elegeu dois vereadores: Paulão, sindicalista urbanitário, presidente da CUT-AL e Aliomar, médico, do Movimento Familiar Cristão. O PSB também elegeu dois vereadores: Arnaldo Fontan, que já perambulou por vários partidos e Maurício Quintela, sem tradição política e parente do ex-secretário de segurança e atual secretário de justiça de Alagoas (governo Suruagy).

Segundo turno

No segundo turno um aspecto importante será o comportamento dos políticos tradicionais do estado. Não é difícil imaginar que os apoios de certas figuras, como o do atual governador, destroçam qualquer candidatura. Uma coisa é certa: as forças políticas se movimentarão pensando em 1998. Se Maceió dá uma demonstração inequívoca que os esquemas clientelísticos estão muito abalados, o mesmo não pode se dizer do interior do estado.

A "boca de urna" do PT não foi a esperada. Mas como diz Heloisa, "ainda bem que isto aconteceu no 3 de outubro, para alertar o pessoal para o segundo turno". Vai ser uma batalha muito difícil, mas a força da militância é a chave para fazer Maceió brilhar. □

A campanha do PT desenvolveu-se de forma extraordinária, especialmente se considerarmos os míseros recursos financeiros disponíveis.



ARQUIVO/EM TEMPO

A linha política da campanha acertou o tom e agradeu, com firmeza nas convicções e na defesa das propostas, simplicidade no estilo e segurança para manter o debate em bom nível.

Contra o neoliberalismo, pela humanidade!

JOÃO MACHADO

Um dos acontecimentos internacionais mais significativos dos últimos tempos foi o *Primeiro Encontro Intercontinental contra o Neoliberalismo e pela Humanidade*, convocado pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) mexicano, que se reuniu no estado de Chiapas, entre 27 de julho e 3 de agosto. Teve cerca de mil e quinhentos participantes de fora do México (de 43 países; havia mais gente da Europa do que da América Latina) e setecentos de outros estados mexicanos, além de alguns milhares de indígenas das comunidades zapatistas. Dividiram-se em cinco mesas e vinte sub-mesas para debater os temas de Política, Economia, Cultura, Aspectos Sociais e Questão Indígena. As condições muito rústicas de realização do Encontro (estilo acampamento) não impediram que fossem apresenta-

dos centenas de textos escritos, e produzidos relatórios de discussão em todas as mesas e sub-mesas.

Participantes

A grande maioria dos participantes era jovem. Poucos grandes partidos estavam presentes: o PT do Brasil (com uma delegação que incluía membros da Executiva e do Diretório Nacionais, parlamentares, sindicalistas, um representante do MST), Esquerda Unida da Espanha, Refundação Comunista da Itália, o Partido Comunista Francês. Estavam aí também muitos militantes do PRD (Partido da Revolução

Democrática), principal partido da oposição mexicana, mas não uma representação oficial. Mesmo organizações revolucionárias não havia muitas presentes. O destaque, em termos de correntes revolucionárias, foi para a IV Internacional (Secretariado Unificado): havia muitos membros da Europa, alguns da América Latina (naturalmente, principalmente do México - o PRT era o único partido mexicano representado por sua direção), um da Ásia. Estava presente um representante do Militant Labour britânico (que pertence a uma corrente trotskista internacional), mas nenhum lambertista, nem nenhum morenista. Predominavam membros de comitês de apoio ao EZLN não identificados com organizações tradicionais da esquerda, alguns com uma inclinação anarquista.

A presença de poucos grandes partidos não diminuiu a ambição do Encontro. Como o seu próprio nome indicava, combatia-se o neoliberalismo e buscava-se a defesa da humanidade.

O Encontro foi uma oportunidade para que muita gente tomasse um contato direto com uma força de esquerda bastante diferente dos padrões conhecidos. Deu exemplos de como os zapatistas combinam um profundo enraizamento nas culturas indígenas com uma refle-

xão política inteiramente atual. Mostrou como eles utilizam vários tipos de linguagem, combinando mensagens que parecem tipicamente indígenas com brincadeiras literárias bastante eruditas (cheias de citações de Brecht, Cervantes, Cortázar...).

A Quarta Guerra Mundial

O encontro ajudou a esclarecer um pouco a visão internacional do EZLN. Nisto, mostraram uma abordagem muito interessante. Já na convocatória para o Encontro, diziam:

"Durante os últimos anos o poder do dinheiro apresentou uma nova máscara acima de seu rosto criminoso. Por cima de fronteiras, sem importar raças ou cores, o Poder do dinheiro humilha dignidades, insulta honestidades e assassina esperanças. Renomeado como 'neoliberalismo', o crime histórico da concentração de privilégios, riquezas e impunidades, democratiza a miséria e a desesperança.

"Uma nova guerra mundial se trava, mas agora contra a humanidade inteira. Como em todas as guerras mundiais, o que se busca é uma nova repartição do mundo.

"Chamam de 'globalização' a esta guerra moderna que assassina e esquece. A nova repartição do mundo consiste em concentrar poder no poder e miséria na miséria.

"A nova repartição do mundo exclui as 'minorias'. Indígenas, jovens, mulheres, homossexuais, lésbicas, gente de cores, imigrantes, operários, camponeses; as maiorias que formam os porões mundiais se apresentam, para o poder, como minorias prescindíveis. A nova repartição do mundo exclui às maiorias".

"A guerra mundial em curso, para os zapatistas, é a quarta. A terceira guerra mundial foi a que opôs o capitalismo, hegemônico pelos Estados Unidos, pela Comunidade Européia e pelo Japão, ao campo socialista, hegemônico pela URSS. Chamada de "guerra fria", foi uma guerra total, uma guerra global que induziu uma guerra em todos os níveis e em todas as partes. O "campo socialista", "que havia construído seu poder sobre uma mentira", foi o perdedor. Isto não significa que o socialismo tenha fracassado como alternativa, "significa que esta guerra se perdeu, que o poder que se construiu contra o grande capital não foi capaz de enfrentá-lo até as últimas consequências com êxito".

A Internacional da Esperança

Para lutar em uma guerra, é preciso ter os meios. Para os zapatistas, nesta luta da humanidade são necessárias novas armas:

"Contra a internacional do terror que representa o neoliberalismo, devemos levantar a internacional da esperança. A unidade, por cima das fronteiras, idiomas, cores, culturas, sexos, estratégias e pensamentos, de todos aqueles que preferem a humanidade viva.

A internacional da esperança. Não a burocracia da esperança, não a imagem inversa e, portanto, semelhante ao que nos aniquila. Não o poder com um novo sinal ou com novas roupagens."

Uma das obsessões dos zapatistas é justamente com a necessidade de redefinir a questão do poder e as formas de fazer política: não repetir a fórmula de que "para mudar o mundo é necessário tomar o poder, e já no poder então vamos organizá-lo como melhor convém ao mundo, isto é, como melhor me convém, a mim que

estou no poder. Temos pensado que se mudamos a maneira de ver o poder, afirmando que não queremos tomá-lo, isto produziria outra forma de fazer política e outro tipo de político, outros seres humanos que fizessem política diferente dos políticos que temos hoje de todos os tipos: de esquerda, centro, direita, de todas as variações".

Os zapatistas são claramente de esquerda, mas criticam também a esquerda institucional (e de certa forma toda a esquerda tradicional). E querem redefinir radicalmente a forma de fazer política. Neste sentido, estão empenhados em construir no México um "zapatismo civil", através da Frente Zapatista de Libertação Nacional que, segundo dizem, representa o futuro do zapatismo; buscam criar condições para deixar as armas. Mas esta Frente não seria um partido político (não fica muito claro o que se quer dizer com isto), e principalmente não disputaria eleições, nem teria entre seus membros detentores de mandatos eletivos.

O zapatismo e o poder

E que significa dizer que não querem tomar o poder?

Parece que nesta formulação curiosa combinam-se várias idéias. Em parte, ela pode ser interpretada como uma maneira de dar uma grande ênfase numa visão antiburocrática da luta socialista: afinal, devem ser as massas que tomam o poder, e não uma força política que aja em seu nome. Ela pode ser interpretada também como uma reação contra o sistema político mexicano, contra suas eleições sempre fraudulentas, contra a corrupção generalizada. Por outro lado, ela pode expressar a compreensão, por parte dos zapatistas, de que não há condições neste momento, nesta conjuntura mundial, para que uma força revolucionária como a deles chegue ao poder num país como o México. Neste caso, seria preciso buscar uma estratégia mais complexa.

Na prática, no México, os zapatistas têm praticado uma certa divisão de trabalho. Não participaram até agora de eleições, mas não chamaram ao seu boicote. De forma um tanto implícita, têm apoiado eleitoralmente o PRD. Apresentam diversas reivindicações democráticas, e participam de um processo de diálogo com o governo mexicano, sem que acreditem que este diálogo possa chegar a bom termo - mas conseguem algumas coisas com sua autoridade política. Por exemplo, foi votada uma "lei do diálogo" que os reconhece como rebeldes (e não "terroristas").

Em resumo, não fica muito claro onde tudo isto vai chegar. E os zapatistas o reconhecem: a nível internacional, dizem que não sabem o que se seguirá, quais serão os próximos passos, e que nem podem decidi-lo: "sabemos que para o que se segue temos de escutar outras vozes, e necessitamos que estas outras vozes se escutem entre elas. Precisamos de um encontro, dois, três, muitos encontros para poder construir juntos este caminho - e se este caminho não existe, pelo menos nos divertimos bastante tratando de encontrá-lo, e não estamos matando ninguém".

Propostas internacionalistas

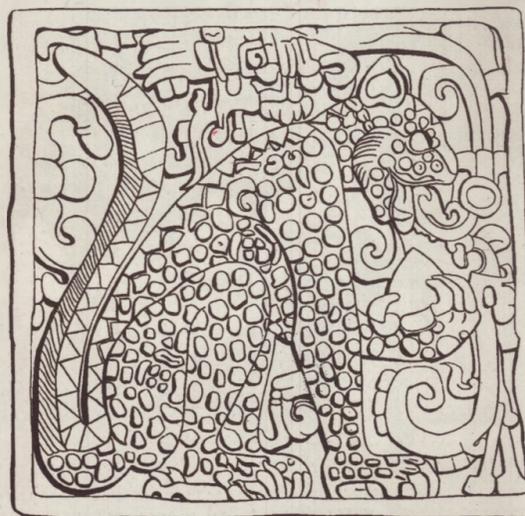
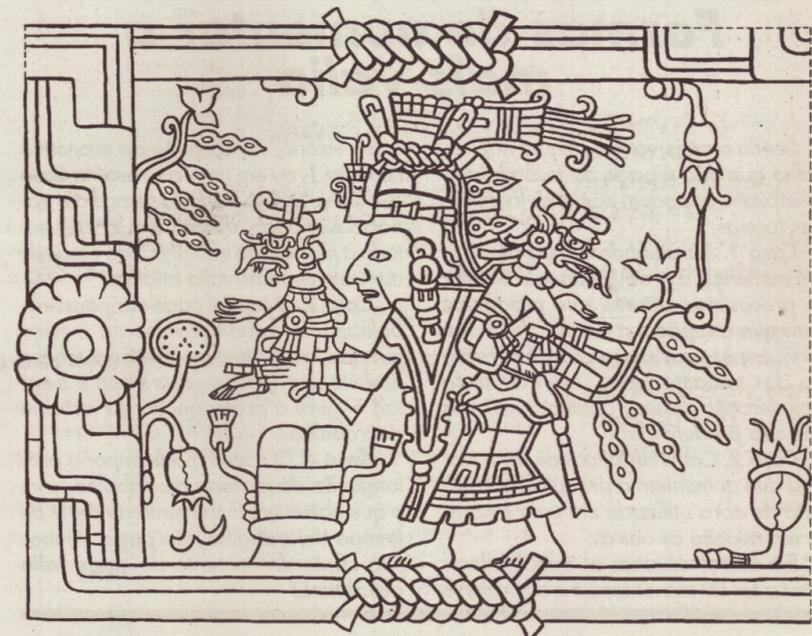
Na declaração final do Encontro, contudo, foram propostos alguns contornos da "internacional da esperança" e alguns passos, como se vê pela *Segunda Declaração de "La Realidad"*.

Durante o Encontro foram discutidas diversas reivindicações e formas de lutas que foram incluídas nos relatórios das mesas. Não foram votadas, e portanto não constam da declaração final. Mas dão uma idéia do tipo de propostas internacionais que poderão ser adotadas pelo movimento. Entre elas, a redução sistemática da jornada de trabalho; "salários de garantia" para os desempregados ou sub-empregados; a "cidadania global" ("contra o modo em que o capitalismo organiza o deslocamento mundial dos seres humanos, classificando-os como migrantes da periferia ou turistas das metrópoles"; contra a hipocrisia da "globalização", que abre o mundo aos capitais e às mercadorias mas não aos seres humanos); o fim da Organização Mundial do Comércio ("principal agente usado pelos países capitalistas mais ricos para impor a política de abertura comercial irrestrita").

O futuro do movimento zapatista, tanto no México, como a nível internacional, é bastante incerto. Mas o que é preciso reconhecer é que hoje nenhum socialista tem um caminho muito certo para indicar. O fato é que há muito não se via algum movimento que se colocasse numa oposição tão global à ordem capitalista, e que se mostrasse tão insolente diante dela. Para nós, desperta especialmente a simpatia que os zapatistas ao mesmo tempo se oponham tão radicalmente à internacionalização neoliberal, e demonstrem um internacionalismo revolucionário tão expressivo.

Talvez os zapatistas tenham indicado com qual emboadura é preciso entrar nas discussões atuais da "globalização", modernidades e que tais: dizendo que de um lado está a humanidade, estão "os homens e mulheres verdadeiros"; do outro está o neoliberalismo, isto é, o poder do dinheiro, a desumanidade. Provavelmente, nada menos radical do que isto nos pode servir. □

João Machado é economista e membro do Diretório Nacional do PT. Ele integrou a delegação do PT ao Primeiro Encontro Internacional contra o Neoliberalismo e pela Humanidade.



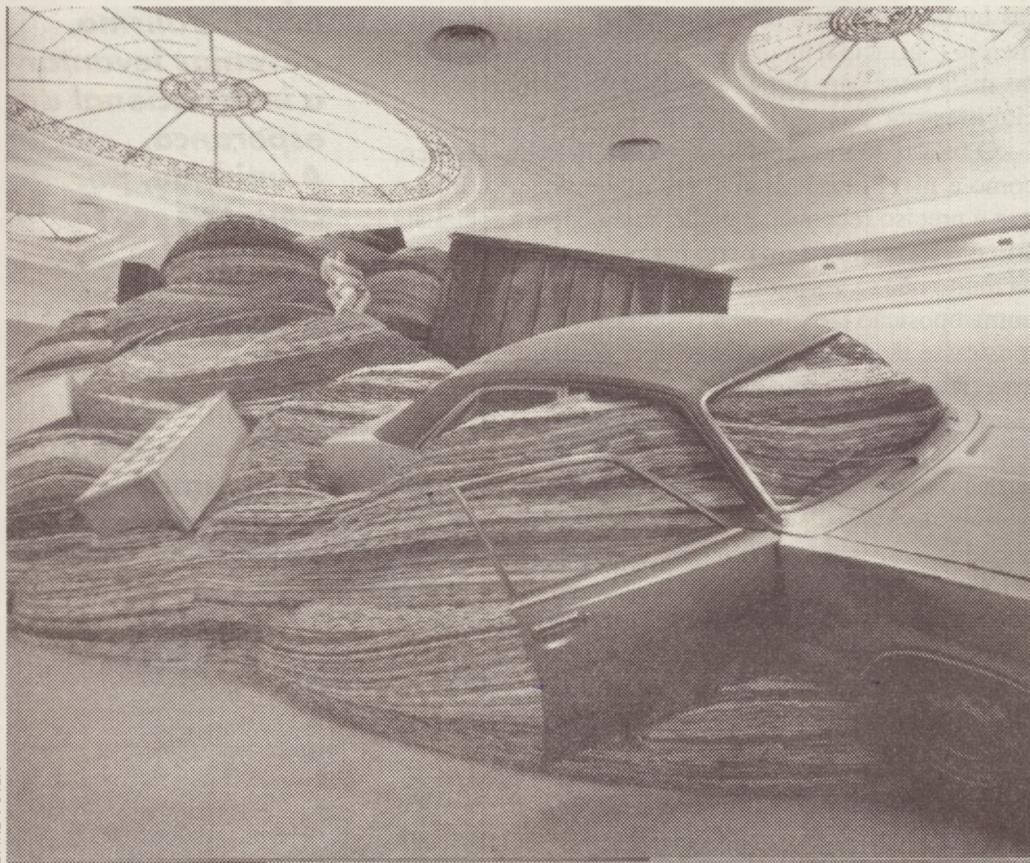
O Primeiro Encontro Intercontinental contra o Neoliberalismo e pela Humanidade foi um dos acontecimentos internacionais mais significativos dos últimos tempos.

Mais-valia e modernidade em FHC

GUSTAVO CODAS

!!A modernidade é uma relação social, não um nível tecnológico, e nesta terra a modernidade tem chegado freqüentemente como catástrofe. A primeira modernidade que chegou foi a 'descoberta', faz mais de 500 anos, e matou 95% da população".
Adolfo Gilly, sobre México

FHC buscou em Marx o álibi para aplaudir seu ultraliberal diretor do Banco Central, Gustavo Franco, que no seu recente texto "A inserção externa e o desenvolvimento", defen-



DAVID MACH

Formas de aumentar a mais-valia

Sendo a mais-valia o (tempo de) trabalho que não é pago ao trabalhador, os capitalistas podem aumentá-la de várias formas:

Caso 1. Barateando a mão de obra (ao aumentar a produtividade e reduzir os preços nos setores que produzem bens que compõem a "cesta" de bens e serviços necessários para a sobrevivência dos trabalhadores). Aqui aumenta a exploração desses trabalhadores, mas não sua produtividade.

Caso 2. Com mudanças de base técnica que aumentem a produtividade da mão-de-obra utilizada em uma empresa em relação às outras.

Em ambos os casos os trabalhadores produzem em menos tempo o equivalente

a seu salário, no conjunto da economia no **Caso 1**, ou em uma empresa no **Caso 2**, aumentando a parte do (tempo de) trabalho não pago, mesmo sem ter aumentado a jornada de trabalho. São casos de aumento de **mais-valia relativa**.

Caso 3. O capital pode obrigar o trabalhador a trabalhar mais na mesma jornada, a um ritmo mais intenso, tal que o efeito real (no desgaste físico e mental) é igual à prolongação da jornada de trabalho.

Caso 4. O capital pode impor a prolongação da jornada de trabalho, com o que obtém um incremento da parte de (tempo de) trabalho não paga. Ambos são casos de aumento de **mais-valia absoluta**. □

deu que a principal alavanca do desenvolvimento econômico é o aumento da produtividade e este é induzido pela abertura ao comércio internacional e as privatizações. De acordo com Franco, o Brasil está na direção certa já que nesta década os indicadores de produtividade têm aumentado em média 7% ao ano. Mais recentemente ainda, o governo divulgou que "a indústria de transformação registrou ganho de produtividade por trabalhador de 15,17% de junho de 95 a maio de 96" (*Folha de S.Paulo*, 09/10/96).

"O que é a produtividade senão o velho conceito de mais-valia relativa de Marx?", indagou-se FHC, concedendo o aval deste a Franco (e às políticas econômicas desde Collor até hoje) já que "Marx entendeu como ninguém a essência da dinâmica do capitalismo" (*Folha*, 15/09/96).

Trata-se de um operativo ideológico que entre outras coisas busca, ao igualar a "produtividade" proclamada por Franco com a "mais-valia relativa", identificar o modelo em implantação no Brasil com a "modernidade capitalista" (em contraposição à "mais-valia absoluta" mais própria das fases iniciais da industrialização capitalista).

A mais-valia na década neoliberal

Caso 1. Com o Plano Real os preços de vários produtos utilizados para a subsistência do trabalhador diminuíram, não por mudanças tecnológicas, mas porque tiveram que enfrentar uma forte concorrência de similares importados (estimulados pela política cambial do Real). No entanto, na "cesta" mencionada (no **Caso 1** do box), a queda dos preços desses produtos foi compensada pelo aumento de outros tal que todas as taxas de inflação desde o Plano Real continuaram positivas, mesmo que relativamente muito mais baixas.

Pode-se comparar também os preços da "cesta básica" com o salário mínimo. Em julho/96 um trabalhador em São Paulo que ganhava esse salário precisava trabalhar 192 horas e 29 minutos para comprar seus 13 itens contra 183h26min no mês de lançamento do plano em junho/94, e 171h20min em média em 1989 antes da era neoliberal (*Dieese*, "Boletim", nºs 154, 172 e 185).

Aqui não há evidências de aumento da mais-valia relativa.

Papel econômico da barbárie social. Mas há uma degradação do que na classe trabalhadora (e na sociedade) se entende como o "mínimo" necessário e aceitável para a sobrevivência dos assalariados. Nos anos 80 houve um ataque ao salário diretamente recebido pelos trabalhadores, que hoje continua com a desindexação salarial (sem o fim da inflação).

A novidade agora, além do aumento do patamar do desemprego, é o crescimento das diversas formas de contratação precária (assalariados sem carteira assinada, trabalho temporário, trabalho em cooperativas "fantasmas" de mão de obra etc.). Isso se reflete no aumento do setor informal, que está em 50% do mercado de trabalho, e no aumento da taxa de rotatividade, que em 1995 afetou na G.S.Paulo a 3,5 milhões de trabalhadores (42% do total). Dessa forma sonem-se direitos trabalhistas, se inviabiliza o financiamento dos serviços públicos, e se induz à privatização dos mesmos, excluindo setores cada vez maiores de trabalhadores do acesso a serviços essenciais. Isto é, os ataques se centram nas formas "indiretas" de salário que cobriam parte das necessidades de sobrevivência dos trabalhadores - que agora estão sendo eliminadas.

Estas são formas excepcionais de redução do valor da força de trabalho típicas das fases mais reacionárias do capitalismo, nunca manifestações de aumento de mais-valia relativa.

Caso 2. Não tem havido um processo de investimentos maciços na produção nesta década. Fontes oficiais reconhecem que o desempenho da produtividade industrial em "1990-



DAVID MACH

mão de obra: permitir um melhor aproveitamento de cada minuto trabalhado ao diminuir os segundos que o trabalhador fica ocioso, conseguir que o trabalhador faça mais em igual unidade de tempo, ou frequentemente, apenas reduzir o custo da mão-de-obra (como na terceirização). Inclusive a automação tem sido usada para resolver "gargalos" na produção e acelerar o ritmo de trabalho no conjunto da fábrica.

A Tabela I mostra que quase dobrou a utilização de células de produção e o "Just-in-time" interno, e que houve um bom aumento do uso dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQ) e do Controle Estatístico de Processos (CEP). O recurso a processos de automação também aumentou, mas a um ritmo menor.

A Tabela II mostra a situação na indústria metalúrgica do ABC, onde em geral aplicam-se as mais avançadas estratégias empresariais. A tônica está nas fortes alterações na organização do trabalho e da produção, que permitem/provocam a intensificação do trabalho e o corte de postos de trabalho, quer dizer, o aumento da carga de trabalho dos que não foram demitidos.

Estudo recente aponta que nessa indústria as tradicionais formas tayloristas/fordistas não têm sido abandonadas, "o estudo de tempos e movimentos continua em voga, bem como a padronização de processos, e também as linhas de montagem não foram substituídas.... Mas o ideal da flexibilidade, a tentativa constante de eliminar os chamados 'tempos mortos' combinados ao uso do conhecimento dos trabalhadores sobre os 'macetes' do processo produtivo tem levado a mudanças na divisão das tarefas, na intensidade e no ritmo com que as atividades operatórias são desempenhadas" (Sindicato Metalúrgicos ABC, "Globalização e setor automotivo", 1996). Também na Tabela I os "métodos de tempos e movimentos" são os mais disseminados (em ambos os períodos). Tal combinação das "inovações" com a tradição taylorista/fordista, num cenário dominado pelo corte drástico de postos de trabalho e a ameaça do crescente desemprego na sociedade, opera na lógica da intensificação do ritmo de trabalho.

Trabalhadores das indústrias metalúrgicas e de alimentação de diversas regiões de São Paulo desenharam em 1993 em um seminário um quadro semelhante: "... os participantes associaram, diretamente, as inovações com a intensificação do ritmo de trabalho, tanto pela incorporação na tarefa básica de uma série de outras tarefas (operação de várias máquinas, atividades de controle de qualidade, manutenção e outras) como pela liberação de gargalos, aumentando o ritmo nas áreas adjacentes. A

93 resulta da combinação de uma taxa de crescimento médio da produção física bastante modesta e da queda acentuada do nível de emprego" e não dos investimentos em modernização tecnológica (BNDES, "Sinopse industrial" nº 3). Estudo realizado pela Universidade Federal do RJ em 1995 sobre 278 das maiores empresas dos 11 estados mais industrializados concluiu que "a maior parte das reestruturações ainda não envolveu grandes investimentos" (Folha, 22/01/96). Mudanças da base técnica têm se registrado em empresas de ponta, mas ainda em níveis reduzidos ou a ritmo lento. Devem ter gerado aumento de mais-valia relativa nessas empresas mas não poderiam explicar as altas taxas gerais de produtividade na indústria.

Caso 3. E mesmo onde houve mudanças da base técnica, foram combinadas ou antecedidas por fortes "mudanças organizacionais". A novidade dos anos 90 são as inovações na organização do trabalho e da produção/serviços tais como: terceirização, produção enxuta, "just-in-time", células de produção, qualidade total, sistemas participativos, trabalho polivalente, trabalho em grupos, ISO 9000 etc. Também em 1912-14 não foi com uma nova máquina, mas com uma nova forma de organizar o trabalho (a linha de montagem) que Henry Ford revolucionou a indústria.

A reorganização em curso busca "racionalizar" o uso da

I - Automação e técnicas gerenciais

	1987-89	1992
Automação de base micro-eletrônica	16.1	25.5
Círculos de controle de qualidade (CCQ)	8.9	15.7
Controle estatístico de processo (CEP)	13.9	23.9
Métodos de tempos e movimentos	20.2	27.9
Células de produção	10.4	20.6
Just-in-time (JIT) interno	11.4	21.8

(Intensidade de uso em % em amostra de 660 indústrias, com um faturamento médio de US\$ 85 milhões e 657 empregados) **Fonte:** CNI, "ECIB", 1993

II - A reestruturação produtiva na indústria metalúrgica do ABC - 1994

Automação na fábrica	Implantação lenta	70%
	Implantação rápida	19%
	Está implantando	11%
Trabalho polivalente/multifuncional e/ou trabalho em grupos/equipes	Não tem	11%
	Está começando	52%
	Já implantado	37%
Células/ilhas de produção	Não tem	33%
	Está começando	44%
	Já implantado	23%
Just-in-time/Kanban	Não tem	30%
	Só internamente	26%
	Interno e fornecedor	41%
Programas de qualidade	Não tem	11%
	Está começando	59%
	Já implantado	30%
Terceirização	Não está ocorrendo	11%
	Só em áreas de apoio	52%
	Produção e áreas de apoio	37%
Emprego	Aumentou	15%
	Diminuiu	63%
	Mesmo nível	22%
Ritmo de trabalho	Aumentou	85%
	Diminuiu	-
	Sem alteração	15%
Horas extras	Aumentou	37%
	Diminuiu	26%
	Mesmo nível	37%

(Dados em uma amostra de 27 empresas com Comissões de Fábrica) **Fonte:** Dieese/Metalúrgicos ABC, "Política industrial, reestruturação produtiva e organização do trabalho", 1995.

No Brasil como no Primeiro Mundo, a lógica neoliberal desenvolve traços excludentes, que tornam o capitalismo atual cada vez mais parecido ao capitalismo do século XIX.

questão da intensificação do trabalho devido ao ritmo tem sido uma constante em todos os levantamentos que temos feito com trabalhadores no Brasil ... A celularização e a polivalência vêm, muitas vezes, associadas à intensificação do trabalho e a discussão no seminário confirmou essa tendência" (OIT/Dieese, "Inovações na empresa e dinâmica de negociação", 1994)

"**Banco de horas**". As empresas em geral não conseguem utilizar homogênea e plenamente a mão de obra o ano inteiro por causa dos ciclos dos produtos ou dos negócios. Face a isso, empresários, Força Sindical e o governo FHC estão propondo que possam alterar a jornada semanal (projeto de lei de FHC permite uma jornada semanal de até de 60 horas!) desde que o empregador compense esse excesso posteriormente (diminuindo a jornada semanal em igual número de horas). Isso provocaria uma diminuição dos "tempos mortos" na produção e uma intensificação do trabalho ao longo do ano. Isso só seria compensado se houvesse uma redução da jornada média de trabalho, limites à jornada semanal e às horas extras e aumento das contratações (como na proposta dos Metalúrgicos do ABC).

Em resumo, no Brasil, as formas de aplicação das inovações organizacionais incorporam fortemente o aumento de mais-valia absoluta.

Caso 4. O capital tem buscado prolongar a própria jornada de trabalho, caso clássico de aumento da mais-valia absoluta. Tem encontrado várias formas, entre as quais a mais comum são as horas extras (em 1995 quase um de cada dois trabalhadores trabalhou mais que a jornada de 44 horas). Percebe-se também na diminuição, que está sendo imposta pelas empresas, do período para refeições (de 1 hora para 30 minutos).

Os rodoviários da cidade de São Paulo tiveram, na negociação coletiva de 1996, aumentada a jornada normal de 6 horas e 40 minutos para 7 horas e 10 minutos. Na indústria

petroquímica, onde foi conquistada a jornada de 6 horas por causa dos turnos de revezamento, há empresas que estão aumentando "na marra" o total de horas trabalhadas.

Neoliberalismo e reestruturação produtiva

As retrações da atividade industrial (e do mercado) ocorridas em 1990-92 e 1995-96 combinadas com duas ondas de aberturas indiscriminadas às importações em 1990 e 1994 fizeram que as estratégias de "competitividade" estivessem presididas pela lógica do enxugamento e não pelo investimento em tecnologia. O Plano Real reforçou essa tendência. As mudanças organizacionais foram a forma que as estratégias empresariais assumiram para enfrentar esse cenário adverso, com o objetivo de exercer fortíssimas pressões sobre as condições de vida e trabalho dos assalariados.

A ameaça do desemprego e o aumento do "exército industrial de reserva", que sempre foram um elemento importante para "convencer" os trabalhadores a aumentar seu esforço na produção, foram reforçados nestes anos. O discurso da "parceria" propalado pelas empresas busca encobrir esse fator que é determinante na composição do cenário onde se aplicam as "mudanças organizacionais".

Por isso, nos anos 90 (como nos 80) a "produtividade" do trabalho cresceu junto com o desemprego (ver **Tabela III**). Segundo dados recentes, nos sete primeiros meses de 1996 o "indicador de nível de atividade" da indústria paulista cresceu 0.8% (o que equivale a uma estagnação) mas o "total de pessoal ocupado" tinha caído 9.9%, se comparado com igual período de 1995 (*Gazeta Mercantil*, 29/08/96). Anotemos de passagem que o aumento de produtividade deve estar superestimado nas estatísticas disponíveis já que não consideram o impacto da terceirização e do suprimento de insumos via importações.

III - Produtividade na indústria de transformação (Taxas de crescimento anuais)

Período	Produção física	População ocupada	Produtividade
1976-80	+6.60	+2.16	+3.58
1980-84	-2.86	-6.40	+3.78
1985-88	+2.93	+2.80	+0.12
1988-92	-3.10	-4.70	+2.45

(Produtividade = produção física dividida pela população ocupada na produção)

Fonte: BNDES, "Sinopse Industrial", nº 1.

O caso da Mercedes Benz de São Bernardo é exemplar e extremo. Durante anos e até meados de 95 a Comissão de Fábrica e o Sindicato, com muita pressão, conseguiram com a empresa um processo de reestruturação produtiva negociada, com grande controle pelos trabalhadores. Era um caso pioneiro e único. Mas a partir de meados de 95, apoiada na retração de vendas do setor e na ameaça da concorrência da nova planta da Volkswagen em Rezende/RJ, a empresa passou a demitir em massa, converteu em letra morta acordos assinados e retirou unilateralmente direitos antes conquistados. Em breve serão publicadas estatísticas mostrando um grande aumento da produtividade nessa fábrica...

A modernidade realmente existente. Se FHC quis com suas declarações afirmar que o modelo em implantação no Brasil é similar ao do Primeiro Mundo, não precisava deturpar conceitos nem fatos. Também lá as estratégias empresariais buscam hoje diminuir a quantidade de segundos "ociosos" em cada minuto trabalhado, implantar a jornada flexível para diminuir "tempos mortos", multiplicar e disseminar as formas de trabalho precário, eliminar direitos trabalhistas e sociais etc. Para além dos mitos do toyotismo o Japão foi pioneiro nisso. Também no Primeiro Mundo avançam traços que o fazem cada vez mais parecido ao capitalismo do século XIX. □

Gustavo Codas é assessor da CUT Nacional.



Pernambuco: tática acertada

ANDREA BUTTO

Otom das eleições no estado foi dado, de um lado, pelos primeiros movimentos das campanhas para a presidência de 1998 de Fernando Henrique e Maluf e, de outro, pela campanha pelo governo do estado, já polarizada entre Jarbas Vasconcelos (PMDB-PFL) e Carlos Wilson (PSDB). Na esquerda, a novidade foi o estreitamento das relações entre o PT e o PSB, repetindo o que ocorreu em Maceió, Natal e Belo Horizonte.

A tática em Recife

Apesar das insatisfações com o governo da Frente Popular manifestadas pelos partidos que levaram Arraes ao Palácio das Princesas, apenas o PT apresentou proposições alternativas. Mas os problemas foram se acumulando sem uma resposta do comando do governo, sufocando uma relação positiva PT-governo. O desgaste do governo do estado teve um reflexo direto na campanha à prefeitura do Recife, pesando sobre o desempenho da candidatura de

Roberto Freire, do PPS, coligado com o PSB.

Dessa forma, a candidatura de João Paulo pelo PT se apresentou em Recife como um campo alternativo não apenas ao jarbismo, que elegeu Roberto Magalhães prefeito, e seus apêndices (leia-se PSDB), mas também à Arraes. Foi a única campanha que se mostrou crescente no eleitorado recifense, obtendo cerca de 17% dos votos e reelegendo Sergio Leite e Dilson Peixoto vereadores na capital.

O rompimento com o governo Arraes preocupava a todos nós e as versões construídas na imprensa eram extremamente desfavoráveis ao partido. Mas pudemos ampliar a candidatura de João Paulo através da coligação Recifeliz, o que garantiu a presença do PDT e do PCB na chapa e um desempenho que por pouco não nos propiciou a segunda colocação.

A campanha no interior

Se antes tínhamos apenas 12 mandatos em Câmaras Municipais, agora praticamente triplicamos esse número, conquistando 29 vereadores, com mandatos em todas as regiões do estado.

Em termos de executivos, a vitória de Paulo Santana em Camaragibe reflete o desempenho que tivemos com a nossa participação no governo de João Lemos e o esforço do conjunto do partido em consolidar a candidatura de Paulo, desde o lançamento durante a caravana da cidadania. E o segundo mandato do PT em Mirandiba, demonstra também o grau de aceitação social da administração do PT acumulada com Nelson Pereira à frente da prefeitura.

O futuro de nossas relações com o governo Arraes mostra-se problemático. Qualquer tese de reaproximação do PT com o governo é incoerente com os fatos demonstrados pela campanha. Arraes preferiu culpar o PT por suas derrotas e sinalizar para a direita. Declara que o tratamento que nós tivemos com seu partido foi semelhante a de uma sublegenda do PT, e como alternativa procura o PSDB, sinaliza apoio à candidatura de Carlos Wilson. O processo de afastamento do PT com o PSB é parcial, mas o afastamento do governo é definitivo. □

Andrea Butto é secretária-geral do DR - PT/PE.

Rio de Janeiro: o PT cresce na esquerda

ALBERTO BASTOS

Partimos para as eleições num quadro de grandes dificuldades no interior do estado. Na enorme maioria dos municípios o PT estava isolado frente as máquinas eleitorais do PFL, PSDB e PPR. A migração da maioria "banda podre" do PDT para os partidos de direita, acompanhando o governador Marcelo Alencar, só reforçou este processo.

Dentro deste quadro, nosso objetivo era bastante modesto, garantir a prefeitura de Angra dos Reis e manter o número de nossa bancada de vereadores no estado.

O resultado final da eleição dos prefeitos de Angra dos Reis e Barra Mansa combinado com a reeleição de vices em Volta Redonda e Nilópolis e a eleição do vice de São Gonçalo, bem como o desempenho da candidatura de Chico Alencar na capital, nos dá um sentimento de vitória. A eleição de 29 vereadores, mesmo número das eleições passadas, pode ser considerada, em função das nossas dificuldades, um resultado razoável.

Na capital, crescimento do PT

O 2º turno entre as candidaturas Conde (PFL) e Cabral Filho (PSDB), representantes dos governos municipal e estadual, porta vozes dos políticos neoliberais de FHC, não deixa dúvidas quanto a opção conservadora da maioria do eleitorado do Rio, um resultado que impõe uma derrota ao

campo democrático e popular.

Mas se a esquerda como um todo perde, dentro dela o PT sai fortalecido no Rio. Rompe com a hegemonia absoluta do PDT, e isto é saudável. O PT volta a se afirmar como força eleitoral. O resultado de 18,8% dos votos, e a quase ida ao 2º turno reforçam esta análise.

O PT saiu isolado e não havia certeza de um bom desempenho eleitoral. Em julho, as pesquisas davam a Chico Alencar apenas 4% das intenções de votos, contra 19% de Miro Teixeira. Então porque não coligar com o PDT? Esta era uma discussão real, mas que foi muito amplificada pela Executiva Nacional. Felizmente, o real debate existente no partido consolidou uma visão equilibrada do quadro da disputa.

O profundo desgaste da figura de Brizola, o desastre do seu último governo, a imagem contraditória do candidato Miro Teixeira (ex-chaguista) e a debandada de caciques eleitorais do PDT rumo aos novos donos do poder, apresentavam sinais de dificuldades do sucesso desta candidatura, como acabou demonstrando os 7,5% dos votos obtidos no final por Miro.

O elemento central era, porém, a constatação do acentuado conflito do PT do Rio com os governos Brizola. O PT denunciou ao longo de oito anos a política de cooptação dos movimentos sociais, o descaso com a saúde e educação, as várias evidências de corrupção nestes governos, as alianças com as oligarquias do interior. Consolidou com isto uma base social e eleitoral anti-

brizolista, principalmente em setores médios, mas também em segmentos importantes do operariado e da população pobre da cidade. Não estava madura as condições para uma coligação. A política de candidatura própria foi uma política responsável, cautelosa. A coligação seria uma aventura, uma política sem cálculo do resultado.

Do resultado eleitoral ficou a sensação de que nos superamos, de que quase chegamos lá.

O erro da Executiva Nacional

A quinze dias da convenção do PT já se sabia que 60% dos delegados definiriam-se pela candidatura própria. Foi neste momento que se assistiu a um show de arrogância, desconhecimento e insensibilidade. Figuras nacionais do partido operando reuniões "da virada" em Brasília, com direito a primeira página nos jornais. A cada ilustre declaração era mais um incógnito delegado (que vota) que saía enfezado de um núcleo. Todo este "esforço nacional" ajudou a construir uma convenção com 70% dos delegados pró candidatura própria. Gratuitamente elevou-se os ânimos. Este erro é agravado com insistentes declarações ao longo da campanha, sempre querendo atingir a candidatura Chico Alencar e a legitimidade do PT/RJ. Se todo este esforço tinha por objetivo buscar uma aproximação com Brizola, o preço foi muito alto. Era só combinar com o partido, sairia mais barato. □

Alberto Bastos é membro do DR-PT/RJ.

São Paulo: retrocesso do PT

FÁBIO PEREIRA

O resultado da disputa eleitoral no Estado de São Paulo foi uma importante derrota para o PT. Se já em 1992 tivemos um desempenho pior que em 1988 e em 1994 Lula não alcançou uma boa votação em São Paulo, havia a expectativa de uma certa recuperação, pelo menos do ponto de vista do número de prefeituras ganhas. No entanto, sob qualquer ângulo, o desempenho do PT no estado deve ser considerado um retrocesso, especialmente preocupante quando se verifica que esse resultado dá continuidade a uma trajetória descen-

dente do PT no principal centro político e eleitoral do país.

Em 1988 o PT elegeu prefeitos em cidades como São Paulo, São Bernardo, Diade-

ma, Santo André, Santos, Campinas. Em 1992 ganhamos novamente em Santos e Diadema e ganhamos pela primeira vez em São José dos Campos e Ribeirão Preto, além de ter disputado o segundo turno em Sorocaba, outro pólo importante do interior do estado. As vitórias que agora obtivemos em Santo André, Mauá e Ribeirão Pires (no grande ABC), Franca (região de Ribeirão Preto), Catanduva (região de São José do Rio Preto) não "compensam" as derrotas sofridas em sete das prefeituras atualmente dirigidas pelo PT, entre elas Diadema, São José dos Campos e São Vicente, na Baixada Santista.

Ao lado das 13 prefeituras em que fomos vitoriosos com candidatos do PT a prefeito/a, somente algumas poucas podem ser acrescidas dos municípios em que o PT participa de coligações em que outros partidos encabeçaram a chapa majoritária. Das 27 coligações nessa situação, em 14 o PSDB tem o prefeito eleito. Em sete o prefeito é do PMDB, em outras duas o PMN tem

VITÓRIAS DO PT NO 1º TURNO

Cidade	Prefeito/a
Caçapava	Paulo Roitberg
Catanduva	Félix Sahao Jr.
Franca	Gilmar Dominicci
Guará	César Antonio Moreira
Jaboticabal	Maria Carlota Rocha
Lins	Valderez Moya
Lucianópolis	Luiz Carlos Sabadim
Matão	Adauto Scardoeli
Mauá	Oswaldo Dias
Ribeirão Pires	Maria Inês
Sales liveira	Daniel Graton
Santo André	Celso Daniel
Taquaral	Petronileo Vilela



Três casos exemplares

Importantes derrotas no estado (ou no caso de Santos o retrocesso eleitoral, que nos leva agora a disputar o segundo turno com apenas uma pequena vantagem sobre o adversário do PPB, quando Telma de Souza já chegou a termas de 60% das intenções de voto) foram influenciadas pela disputa interna que descaracterizou o partido, ultrapassando todos os limites do sectarismo, sobretudo em Santos e Diadema, mas também em São José dos Campos.

Diadema

A derrota em Diadema talvez seja a mais grave, pelo menos do ponto de vista simbólico. Primeira prefeitura ganha pelo PT, em 1982, Diadema sempre foi a referência de prefeitura petista em São Paulo. Depois de três gestões, a perda da eleição em 1996 resultou de um processo de degeneração partidária que há algum tempo vem sendo denunciado. As filiações em massa - hoje mais de 20% do eleitorado de Diadema é

filiado ao PT - o uso do poder econômico nas disputas internas do partido, a truculência e métodos gangsteristas foram usados pelo ex-prefeito José Augusto Ramos para garantir sua vitória e tentar esmagar todos aqueles que não obedecem sua vontade. Frente aos sucessivos ataques de José Augusto à democracia, tanto a Direção Estadual quanto a Direção Nacional se negaram a tomar qualquer atitude mais dura contra as arbitrariedades por ele cometidas, assistindo impassivelmente o candidato declarar que não queria nem o apoio nem o voto de seus adversários na prévia interna do PT.

Santos

Problemas semelhantes ocorreram em Santos e tendem a continuar na disputa do segundo turno. A também ex-prefeita Telma de Souza tem recusado a participação do atual prefeito, Davi Capistrano, na campanha. Chegou a entrar na justiça para impedir a abertura de um comitê de apoio a sua

candidatura por parte do prefeito e de candidatos a vereador que haviam apoiado a outra candidata na prévia. Alegando "problemas pessoais" com o prefeito (que teria excluído seu grupo político da prefeitura), Telma se recusa a admitir sua presença no palanque da campanha e continua atacando a administração petista.

São José dos Campos

Embora com menor intensidade, a deterioração das relações internas também pesou na derrota ainda no 1º turno da candidatura do PT. Quase todo o período de administração do PT foi marcado por relações extremamente sectárias com os setores do partido que não se alinhavam automaticamente à orientação predominante na prefeitura. A disputa da prévia foi marcada pelo uso do poder econômico e pelas filiações em massa. Já na fase final da campanha, houve acusações de que a prefeita estaria parando obras deliberadamente para prejudicar a campanha. □

o prefeito, em uma o PDT, em uma o PSB, em uma o PV e em uma o PPS. Salvo nos últimos casos, dificilmente se pode considerar alguma delas vitória do PT.

Raízes da derrota

O desempenho na eleição de vereadores mostra um crescimento razoável - de 213 eleitos em 1992 para cerca de 300 eleitos em 1996 - sobretudo nas pequenas cidades das regiões de Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Araçatuba. Entretanto, a "ampliação" das alianças não conduziu o PT a vitórias.

Em São Paulo foram feitas coligações onde apoiamos partidos de direita, sobretudo o PSDB, mas também o PMDB, PL, PFL e PTB em mais de 20% dos municípios onde o PT lançou candidaturas. Foram raras as cidades em que alianças eleitorais com esses partidos foram hegemônicas pelo PT. Na maioria dos casos nos limitamos a ajudar a conquistar prefeituras que certamente jogarão seu peso político no apoio aos governos estadual e federal. Ajudamos o PSDB a ganhar eleições em 14 cidades do estado, número maior que o de prefeituras conquistadas pelo PT!

O desempenho eleitoral do PT no estado encontra suas origens não apenas na força concentrada da burguesia, seja do ponto de vista econômico ou de suas instituições de disputa político-ideológica, mas também se ressentido do fato de que aqui a crise do movimento sindical é particularmente aguda e afeta o PT de forma mais direta. Na Grande São Paulo, excetuando o ABC, o movimento sindical é cada vez mais hegemônico pela Força Sindical. Isto pode ser verificado em nosso fraco desempenho em importantes cidades com forte presença operária, como é o caso de Osasco e Guarulhos.

São Paulo é também um estado onde parte da própria história do PT pesa contra ele. Aqui enfrentamos em São Bernardo e Diadema ex-prefeitos que se elegeram e concluíram seus mandatos pelo PT. Em cidades importantes como Diadema, Santos e São José dos Campos as divisões internas e até mesmo elementos de degeneração do partido tiveram peso na definição do resultado eleitoral.

Assim, além da derrota eleitoral, praticamente não acumulamos força e organização partidária no estado para enfrentar as próximas disputas.

O resultado do PT em São Paulo mostra que em primeiro lugar se coloca o desafio de, na construção partidária e dos movimentos sociais, à frente das prefeituras e dos



KARL RENE HALL

mandatos parlamentares que conquistamos, enfrentar as políticas de desmonte do Estado no plano estadual e nacional, construindo as bases de um projeto alternativo, democrático e popular, para São Paulo e para o Brasil. Em segundo lugar, é necessário reverter um quadro que ameaça tornar as disputas internas e de prefeituras verdadeiras guerras, onde prevalece o veltudo. A busca da construção de uma nova direção para o PT no estado, comprometida com estas orientações, deve estar no centro do esforço para reconstruir o partido como referência política para os trabalhadores de São Paulo. □

Fábio Pereira é membro do DR do PT de São Paulo

DISPUTAS NO 2º TURNO

São Paulo	Luiza Erundina x Celso Pitta (PPB)
Ribeirão Preto	Sérgio Roxo x Luiz Jabali (PSDB)
Santos	Telma Souza x Beto Mansur (PPB)

CIDADES ATUALMENTE ADMINISTRADAS PELO PT

Santos	2º turno
Ribeirão Preto	2º turno
Diadema	perdeu
São José dos Campos	perdeu
Cosmópolis	perdeu
Agudos	perdeu
Franco da Rocha	perdeu
São Vicente	perdeu
São Joaquim da Barra	apoiou o PSDB

Recuo do PT em Belo Horizonte

JUAREZ GUIMARÃES

O balanço do desempenho eleitoral do PT em Minas é contraditório: foi muito bem no interior mas muito mal em Belo Horizonte.

Na capital, o partido não passou ao segundo turno apesar de ter a gestão da cidade aprovada pela maioria da população. Além disso, a bancada do PT caiu de seis para apenas três vereadores (e mais um do PV e dois do PC do B).

O virtual vencedor das eleições - com cerca de 64% dos votos nas pesquisas do segundo turno - é Célio de Castro do PSB, atual vice-prefeito. Em coligação com o PMDB (partido bastante conservador no estado, que lhe garantiu financiamento da campanha e o

dobro do tempo na TV em relação ao candidato da Frente BH Popular, Virgílio Guimarães), desfrutando do apoio preferencial publicizado sistematicamente na mídia local pelo atual prefeito petista de maio de 1995 a maio de 1996, Célio de Castro conseguiu de fato, em boa medida, galvanizar os dividendos da boa administração. A unidade do PT, tardiamente conquistada com a chapa Virgílio Guimarães/Regina Nabuco, não conseguiu recompor a base eleitoral fragmentada da Frente que geriu a cidade nestes quatro anos.

Virgílio recebeu 21,6% dos votos, contra 26,5% do segundo colocado (o candidato tucano), resultado de uma campanha que acumulou demasiados erros em sua condução. Entre eles, o fato da campanha não ter incorporado, senão em um momento excepcional,

a diferenciação crítica com o próprio Célio de Castro.

Avanços no interior

O PT obteve no total a vitória em 30 cidades, contra 13 no pleito anterior. Dos resultados mais expressivos, convém ressaltar: a vitória suada em Betim (que o partido já governava), a vitória em Ipatinga (terceira gestão, agora de novo com Chico Ferramenta à frente do governo), Monlevade, Itabira e Coronel Fabriciano (no vale do Aço), em Araçuaí (Vale do Jequitinhonha), em Paracatu (noroeste mineiro). Além disso, o excelente resultado em Poços de Caldas (sul de Minas, por apenas 40 votos), em Governador Valadares (diferença de apenas três mil votos), em Contagem e Teófilo Otoni. □

Eleição em São Paulo, Capital

CARLOS HENRIQUE ÁRABE

Um balanço completo da campanha na capital depende ainda do resultado no segundo turno. A questão central é agora a definição de uma diretriz política para a disputa com o malufismo e a luta pela vitória em

15 de novembro. Obviamente, esta definição se baseia em elementos de um balanço. É deste ponto de vista que destacamos quatro questões.

Primeira. O PT conseguiu passar para o segundo turno. Derrotou o PSDB, que articulou uma campanha que reuniu o apoio de todos os meios de comunicação, da Igreja Universal e das máquinas dos governos federal e estadual. Isto mostra o potencial de mobilização do partido, o espaço para um projeto democrático e popular na cidade de São Paulo.

Segunda. A evolução da votação do PT na cidade nos últimos anos é, porém, muito preocupante. Os dados ao lado indicam uma queda expressiva

na votação majoritária e proporcional do partido na cidade, bem como um crescimento da direita malufista. O segundo turno da disputa tem que ser visto como um momento privilegiado para reverter esta tendência.

Terceira. O ponto crítico central da campanha foi a ausência de polarização com Maluf/Pitta, já avaliada no artigo "A campanha em São Paulo", de Joaquim Soriano, publicado no **Em Tempo** nº 289. Metade da campanha foi gasta para diluir a imagem do PT, substituída pela da candidata que representaria o "PT que diz sim". Isso foi superado, mas a dificuldade de alterar a rota no meio da disputa e a ausência de determinação política não permitiram que se chegasse a demarcar projetos antagônicos. O segundo turno é o momento para isso.

Quarta. Outro aspecto crucial foi a virtual ausência de funcionamento das instâncias partidárias, com a direção de fato centralizada na candidata. Isso implicou uma campanha de pouca mobilização e perfil baixo, perdendo o grande trunfo do partido, que foi a grande participação nas prévias.

O debate da linha para o segundo turno sofre evidentemente desta limitação orgânica e sua resolução não está ainda clara. Declarações na imprensa que retomam o primeiro período da campanha - do PT que diz sim - tornam preocupante o desfecho do debate.

A seguir reproduzimos extratos da proposta apresentada para debate no DM-SP pelos companheiros **Italo Cardoso, Flávia Pereira, Miguel Carvalho, Felix Sanchez e Lester Amaral.**

VOTAÇÃO PARA PREFEITO EM SÃO PAULO			
PT	1988	1992	1996
votos	1.534.547	1.279.231	1.291.120
candidatos	Erundina	Suplicy	Erundina
% sobre voto nominal	36,8%	30,7%	24,5%
PPB (PDS em 1988)			
votos	1.257.480	2.036.776	2.541.150
candidatos	Maluf	Maluf	Pitta
% sobre voto nominal	30,1%	48,9%	48,2%

VOTAÇÃO PARA VEREADOR EM SÃO PAULO			
Coligação do PT	1988	1992	1996
votos	1.247.638	938.6303	953.098
nº de vereadores	18	15	11
% sobre voto nominal	29,5%	24%	19,6%

VENCER EM SÃO PAULO; FORTALECER A OPOSIÇÃO AO NEOLIBERALISMO

Este texto foi apresentado como uma contribuição ao debate do Diretório Municipal de 16/10/96. Infelizmente, por falta de quorum a instância partidária não pôde deliberar sobre o assunto. Mesmo assim, nós, signatários do documento, achamos conveniente apresentá-lo aos militantes do partido e da coligação de modo a auxiliar na elaboração da nossa tática para o segundo turno...

II. NOSSA TÁTICA PARA O SEGUNDO TURNO

1. Polarizar com Pitta

a) atacar o verniz social que a gestão malufista tenta vender nesta campanha, baseada no PAS, no Cingapura, no LeveLeite, e no "Fura Fila". Com maior clareza, neste segundo turno, devemos expor a degradação dos serviços sociais praticada pela atual administração, principalmente nas áreas de saúde, educação, criança e adolescente, segurança.

b) atacar a prioridade histórica de investimentos nas obras viárias que, na presente gestão Maluf se concentram na região sudoeste, denunciando o abandono da periferia e o desmonte das áreas sociais responsáveis pela execução das políticas públicas específicas;

c) demarcar com clareza nossa oposição à colisão conservadora que dirige o país, responsabilizando Pitta e Maluf pela situação de miséria e desemprego que vive o país e a cidade. Nas declarações da candidata, no programa de rádio e TV e nos materiais de campanha temos que apresentar o PPB, do Maluf e do Pitta, como

participantes do governo federal e um dos executores da política econômica responsável pelo fechamento de empresas, postos de trabalho e do aviltamento do emprego na cidade;

d) retomar o discurso contra a corrupção, expondo o superfaturamento das grandes obras viárias, o beneficiamento de empreiteiras, o caso LFTM e "Pau Brasil";

2. Contrapor nosso programa enosso projeto de cidade e sociedade

a) *Nossa radicalidade democrática como marca fundamental:* investimento no social e uma forma mais democrática de governar, baseada na criação de subprefeituras, adoção do orçamento participativo e da participação popular no controle e fiscalização dos recursos públicos;

b) prioridades do nosso governo:

- Transporte coletivo e trânsito;
- Educação/menor abandonado - renda mínima;
- Enchente, melhoria dos bairros (infra-estrutura, lazer, cultura e segurança);
- Saúde pública e implantação efetiva do SUS;
- Combate ao desemprego;
- Moradia...

3. Realizar uma campanha com uma forte marca partidária e popular

O centro da nossa tática no segundo turno visa deslocar a parcela do eleitorado que vota no Pitta e que se localiza na periferia. Nossa plataforma de governo cla-

A evolução dos votos do PT na cidade indica uma queda expressiva na votação majoritária e proporcional nas últimas eleições, bem como um crescimento da direita malufista.

ramente opositorista e nossas propostas voltadas para os segmentos excluídos da cidade (mulheres, negros, jovens e desempregados) são o instrumento principal de ação neste segundo turno;

Cidade vermelha. Para deslocar o eleitorado do Pitta para Luíza Erundina, vamos realizar uma intensa mobilização com base em mutirões de visita de casa em casa. Até o fim do segundo turno vamos visitar todas as casas dos bairros periféricos de São Paulo. A agenda da candidata e das personalidades partidárias deve subordinar-se a esse objetivo.

Devemos objetivar instalar neste segundo turno um clima social que oponha o malufismo a todos que se reivindicam da luta pela democracia. Este movimento deve identificar malufismo com o governo federal, caracterizando propostas como PAS, ou a idéia de construir cooperativas na educação como uma vertente, originada na mesma fonte neoliberal que orienta o governo de FHC.

De forma paralela temos que

- Apresentar as melhores experiências das nossas administrações e do nosso primeiro governo aqui em São Paulo;
- Investir numa campanha militante, unificando os recursos de mandatos;
- diretórios do partido, bem como de movimentos, entidades e forças políticas aliadas;
- Descentralizar a campanha, constituindo imediatamente comitês regionais, com agenda, finanças e calendário de mobilização próprios.

4. Traçar uma estratégia de comunicação, principalmente no rádio e na TV, em consonância com as diretrizes aprovadas pelo partido

Neste segundo turno é fundamental transformarmos o programa de TV em instrumento para a organização da campanha, pautando a disputa polarizada com Pitta e o malufismo. Temos que aumentar a exposição das

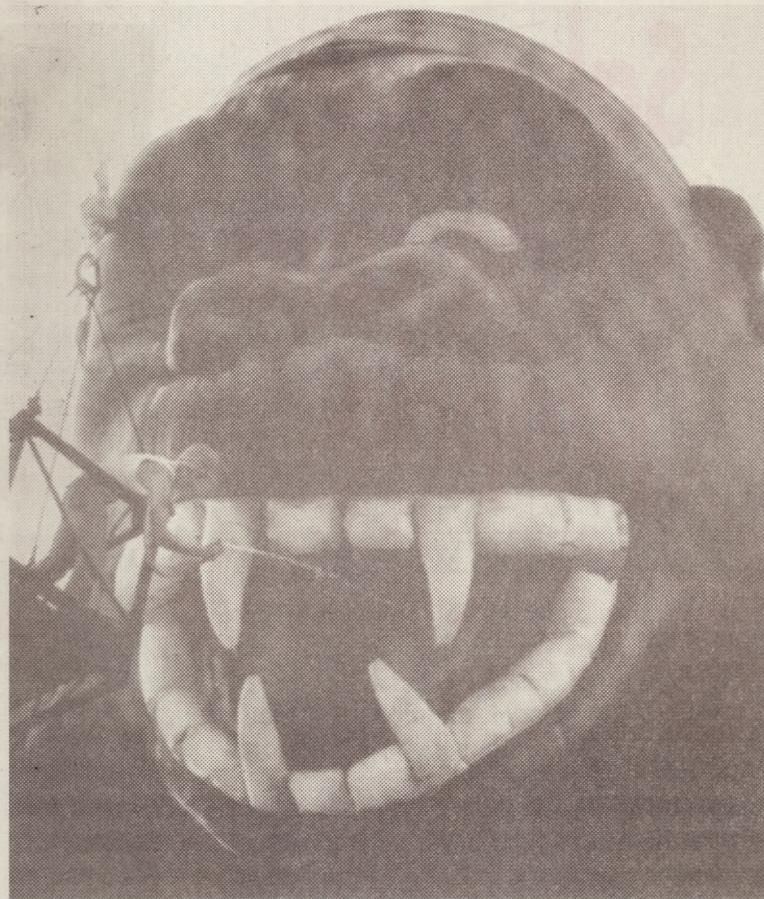
melhores experiências das prefeituras do PT. Vamos inserir nossos intelectuais, artistas e esportistas, transformando-os em porta-vozes das nossas propostas para a cultura e o lazer na cidade.

Finalmente é importante aumentar a exposição da nossa candidata no programa de TV, dialogando com os segmentos que podem se definir ao nosso favor, principalmente mulheres, negros, jovens e desempregados.

5. Unificar o mais amplo leque de oposição à candidatura Pitta e ao malufismo

- Buscar o apoio das demais candidaturas derrotadas no primeiro turno para nossa proposta, principalmente das bases eleitorais do Serra, Pinotti e Rossi.

- Ampliar a coligação democrático popular do primeiro turno de modo a incorporar segmentos democráticos e setores partidários do PSDB, PMDB e PDT identificados com nossa plataforma de governo para a cidade e com posicionamento e trajetória de oposição aos governos federal, estadual e municipal. □...



VINCE COMPAGNONE

Curitiba: um PT sem estrela

MARCELO WILLER

Curitiba confirmou a tradição de campanhas eleitorais centralizadas no debate de propostas exclusivamente técnicas e urbanísticas. Entorpecida, a população assistiu a uma campanha fria, concentrada nos programas eleitorais onde dominou a linguagem da técnica se sobrepôs ao debate político.

A surpresa, no entanto, foi a desideologização da campanha encontrou, este ano, um novo aliado, o Partido dos Trabalhadores.

A conjuntura eleitoral enfrentada pelo PT em Curitiba foi a mais favorável desde a sua fundação. A ampla coalizão de interesses da classe dominante liderada pelo Governador Jaime Lerner apresentou um candidato de pouco apelo popular à sucessão do Prefeito Rafael Grecca - o seu ex-secretário Célio Tanigushi. Por outro lado, a oposição de centro praticamente não existe, pois seus candidatos estiveram vinculados, até recentemente ao Governo Lerner. Neste quadro, abriam-se possibilidades promissoras para a construção de uma alternativa de oposição popular liderada pelo PT,

capitalizando para o partido todo o potencial de descontentamento com as administrações elitistas do PDT. Esta oportunidade foi, infelizmente, desperdiçada.

Coerente com seu discurso pragmático, o candidato a prefeito do PT optou por uma campanha sem qualquer marca popular, evitando toda a crítica à atual administração. Abandonando o debate ideológico, a campanha escondeu o PT e centrou-se no candidato. Pelos menos dois episódios deixaram clara esta renúncia ideológica: ao chamar o governador do estado de "meu amigo pessoal" no horário eleitoral e ao sugerir nomes do empresariado mais reacionário da cidade para compor seu possível secretariado, Ângelo Vanhoni acabou explicitando a concepção de bloco social com que pretendia governar se eleito.

O resultado acabou por refletir a autonomização da campanha majoritária em relação ao Partido. Apesar de modesta, se comparada com as possibilidades de crescimento, a votação de 11% do majoritário foi muito superior a de 7% obtida pelos proporcionais, o que apenas permitiu a reeleição dos três vereadores da atual legislatura.

Não chore por mim Londrina

A derrota em Londrina, segunda cidade do Estado e única administração petista no Paraná, foi um grande exemplo de desconstrução partidária. Em que pese a aprovação nas pesquisas de opinião, a relação entre a administração do prefeito Luís Eduardo Cheida e o Diretório Municipal do PT sempre foi tensa. O pragmatismo liberal do prefeito afastou progressivamente a militância. Temas polêmicos como, por exemplo, a relação com as entidades dos servidores, a privatização da telefônica municipal e a indicação de um secretário ligado ao PFL, acirraram as divergências culminando nas prévias com a derrota do candidato apoiado por Cheida. Rompido com o Deputado Federal Paulo Bernardo, candidato indicado pelas prévias, Cheida se recusou terminantemente a participar da campanha. O resultado é fruto destas divergências. Com a votação reduzida a somente 6% dos votos, o partido ficou fora do segundo turno onde a disputa será travada entre dois candidatos conservadores, um dos quais apoiado pelo prefeito petista. □

Salvador: o PT de cara própria

NELSON PELEGRINO E WALTER PINHEIRO

Salvador foi palco de uma intrigante sucessão municipal. A cidade que sempre frustrou as tentativas do grupo do senador Antonio Carlos Magalhães de administrá-la pelo voto direto, tornou-se a principal conquista do PFL na Bahia. Apresentando-se de cara própria, o PT e a esquerda constituíram-se na grande alternativa e por muito pouco não promovem uma das maiores viradas das eleições em todo o Brasil.

Diante de uma administração fracassada do PSDB, a direita, que durante os quatro últimos anos utilizou a principal emissora de TV, filiada à Globo, para firmar a sua oposição na cidade, entrou na disputa como favorita. Apoiada pela intervenção do Governo do Estado em Salvador, com obras no setor cultural e de saneamento, o carlismo conseguiu montar uma forte aliança atraindo o PPB, que no início da campanha teve o seu candidato liderando as pesquisas eleitorais, para ocupar a vice na sua chapa.

O PT, que desde 1990 não apresentava candidato para o Estado e para Salvador, liderou a Frente Salvador Popular - PSB, PC do B, PPS, PV e PCB - em torno do deputado estadual Nelson Pelegrino. Completando o quadro da disputa, as candidaturas do PMDB, com o empresário e deputado federal Pedro Irujo, que na eleição de 1994 estava com ACM, e de Domingos Leonelli, PSDB/PDT, representando o governo municipal.

Tudo levava a crer - as pesquisas, a mídia, o ânimo da campanha - que a eleição seria um grande passeio, com uma vitória acachapante do carlismo no primeiro turno. Mas a cidade reagiu, acordou e se não fosse um conjunto de manobras da direita a história seria outra.

Alicerçada no movimento social organizado da cidade, a candidatura petista começou a campanha com 4% das intenções de voto e a responsabilidade de diferenciar-se da atual administração, que tinha ajudado a eleger em 1992 e rompido logo em seguida. Sem vacilações, a Frente assumiu uma campanha com um perfil definido de contraposição ao neoliberalismo, com um discurso voltado para o social e com um projeto para a cidade, baseado nas experiências administrativas do PT. Essa tática qualificou o método tradicional de oposição ao carlismo na Bahia, centrado principalmente em denúncias de aspectos morais.

Enfrentando o monopólio dos meios de comunicação, a parcialidade da justiça eleitoral, que concedeu todos os pedidos de direitos de



JOHN MAMMIN

"CUIDADO COM O CACHORRO"

resposta favor do PFL, mutilando o nosso programa eleitoral na reta final, e a completa precarização de recursos materiais, a campanha da Frente, com um crescimento contínuo, conseguiu estabelecer a polarização na cidade. Apesar da derrota, quase 30% do eleitorado confiou ao PT a expressão de resistência e de liberdade, tão característica de Salvador.

Fato emblemático foi o desencontro dos dados do IBOPE com o resultado das urnas. Quando a militância acreditava no segundo turno e a própria direita começou o ataque sistemático contra a nossa candidatura, o Instituto apresentava uma diferença de 20 pontos separando Imbassahy - PFL - da soma de todos os

outros candidatos. Ao final, apenas 1,4% dos votos impediu o segundo turno. Estranha também, a posição do Datafolha que ficou no mesmo período por mais de 15 dias sem publicar os dados sobre a eleição em Salvador, o que fazia semanalmente. Sabendo da influência das pesquisas na formação da opinião eleitoral, dá para imaginar o prejuízo causado à nossa coligação.

Não bastassem todas essas adversidades e manipulações, seguindo a sua tradição, o TRE baiano ainda deu uma mãozinha ao candidato carlista. Há fortes suspeitas de fraude. Desde a intenção deliberada de optar pelo processo manual onde se poderia apurar eletronicamente o voto, até denúncias de sumiços de urnas. Só da Frente Popular foram apresentados dezenas de recursos pedindo impugnação e a realização de eleição suplementar.

O resultado da eleição projeta um novo sujeito na política da Bahia. O desempenho em Salvador coloca para o PT a responsabilidade de credenciar-se como o pólo alternativo. Pavimentar um caminho para o futuro. De um lado, superar a desgastada fórmula da unidade anti-carlista sem projeto e sem fronteira ideológica, do outro, ampliar para todo o Estado a semente plantada em Salvador de criação de um campo democrático e popular, lastreado nas lutas cotidianas do nosso povo. □

Nelson Pelegrino é deputado estadual e foi candidato a prefeito de Salvador pela Frente Salvador Popular e Walter Pinheiro é vereador reeleito pelo PT.

PT aumenta bancada federal

O PT perdeu as duas prefeituras que administrava, Itabuna e Jaguaquara. Mas conquistou quatro novas prefeituras: Pintadas, Itamaraju, Jussari e, principalmente, Vitória da Conquista, cidade pólo do estado.

Em Salvador, a Frente elegeu cinco vereadores, dois do PC do B e três do PT: Walter Pinheiro, Zezéu Ribeiro e Luis Bassuma.

O PT da Bahia ganhou duas cadeiras na Câmara Federal, devido as vitórias de Ubaldino Junior no município de Porto Seguro e de Beto Lélis em Irecê, ambos candidatos pelo PSB, que na eleição de 1994 estava coligado com o PT.

Os suplentes são Luis Alberto, sindicalista da Petrobrás e militante do movimento negro, e Pinheiro, vereador reeleito com a maior votação do PT.

Enquanto Luis Alberto toma posse em 1º de janeiro de 1997, Pinheiro ainda não tem uma definição. O mandato de Pinheiro vai abrir o debate e estabelecer uma ampla consulta às bases eleitorais. A decisão de se Pinheiro deve ficar vereador ou ser deputado federal vai caber a seus eleitores.

Os suplentes de Pinheiro são os petistas Zilton Rocha e Carlos Brasileiro, como vereador e deputado federal, respectivamente.